

Aprovada na 1025ª sessão

ALADI/CR/Ata 1024
5 de novembro de 2008
Horário: 10h05m às 13h15m

ATA DA 1024ª SESSÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

Ordem do dia

1. Aprovação da Ordem do Dia.
 2. Assuntos em Pauta.
 3. Consideração da ata correspondente à 1019ª sessão.
 4. Relatório do Secretário-Geral sobre a solicitação de adesão ao Tratado de Montevidéu 1980 apresentada pelo Governo da República do Panamá.
 5. Apresentação do Secretário-Geral de um Programa Especial para Fortalecer a Integração frente à Crise Financeira Internacional.
 6. Estabelecimento de uma metodologia de trabalho para avançar nas resoluções do processo de integração.
 7. Regulamento para a criação e funcionamento dos Grupos de Trabalho do Comitê de Representantes – modificação do quorum – Artigo quinto (ALADI/CR/Resolução 262) (ALADI/CR/PR 254).
 8. Assuntos diversos.
 - A Representação da Venezuela solicita a incorporação do Relatório de Avaliação de Consultores no Comitê.
 - Data da próxima sessão do Comitê de Representantes.
-

Preside:

JUAN CARLOS OLIMA

Assistem: Juan Carlos Olima, Guillermo Daniel Raimondi, Federico Villegas, Roxana Cecilia Sánchez, Beatriz Vivas de Lezica e Mariana Plaza (Argentina); Carlos Suárez Cornejo (Bolívia); Regis Percy Arslanian, José Humberto de Brito Cruz, Ivana Marília Gurgel e José Gilberto Scandiucci (Brasil); Camilo Navarro Ceardi e Hernán Enrique Nuñez Montenegro (Chile); Claudia Turbay Quintero e Catalina Haydar (Colômbia); Marielena Ruíz Capote e Mirna Martínez Ajuria (Cuba); Edmundo Vera Manzo e Ivonne Flores Espinoza (Equador); Cassio Vitale Luiselli Fernández, Dora Rodríguez Romero e Ricardo Lozada Caballero (México); Emilio Lorenzo Giménez Franco, Ricardo Scavone e Octavio Ferreira Gini (Paraguai); Max de la Fuente Prem, Jorge Antonio Rosado La Torre, Ricardo B. Romero Magni e Jéssica Pasara Caycho (Peru); Gonzalo Rodríguez Gigena, Raquel María Rodríguez Sanguinetti e Luján Barceló (Uruguai); Franklin Ramón González, Luisa López Moreno e Cecilio Crespo (Venezuela); Elvira Barrios (Panamá).

Secretário-Geral: B. Hugo Saguier-Caballero

Subsecretário: Oscar Quina Truffa.

PRESIDENTE. Damos início à 1024ª sessão do Comitê de Representantes.

1. Aprovação da Ordem do Dia.

... Coloca-se à consideração a Ordem do Dia, revisão 1. O Secretário-Geral solicitou a palavra.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, senhor Presidente. Senhor Presidente, no dia de ontem, solicitei a inclusão na Ordem do Dia desta reunião de duas exposições que desejava fazer, uma a respeito dos Assuntos em Pauta - muito importante - referente ao pedido de incorporação formal do Panamá, e outra relacionada com uma reflexão de proposta que a Secretaria-Geral gostaria de fazer nesta oportunidade.

À tarde, senhor Presidente, foi-me indicado que a Ordem do Dia desta reunião já havia sido distribuída com antecedência à quinta-feira, e então, alguma Representação poderia pensar que estávamos apresentando de forma precipitada algum tema a ser considerado e, por esse motivo, Presidente, quero retirar da Ordem do Dia ambos os temas, declarando que em nenhum momento a Secretaria-Geral agiu, age ou agirá às escondidas do Comitê, apresentado temas que pudessem surpreendê-lo ou não encontrá-lo preparado para o tratamento dos mesmos. Em nenhum dos dois casos se tratava de questões que a Secretaria pretendia que o Comitê tomasse decisões, ao contrário, o que queríamos era transmitir o sentimento, a preocupação que temos, e fazer comentários sobre os dois

temas. Então, por esse motivo, Presidente, solicito que os dois temas sejam retirados da Ordem do Dia.

PRESIDENTE. Agradeço, senhor Secretário-Geral, de todas as maneiras penso que vamos ver como ficaremos em relação ao tempo. Não havendo oposição, poderíamos trabalhar com a Ordem do Dia revisado 1, distribuída ontem, e vamos vendo como transcorre.

2. Assuntos em Pauta

... O ponto 2 é Assuntos em Pauta. Passo a palavra à Secretaria-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. A lista de temas em pauta à consideração está nas Pastas de todas as Representações.

“1. Ministro das Relações Exteriores da República do Panamá. Nota DGRE/DREM/Nº 077, de 10/10/2008.

Comunica que seu Governo decidiu solicitar a adesão da República do Panamá ao Tratado de Montevideu 1980, e agradece fazer chegar ao Presidente do Comitê de Representantes a Nota na qual formaliza sua decisão.

2. Representação Permanente do México. Nota Nº 74, de 28/10/2008.

Comentários ao mecanismo de consulta on-line das assinaturas autógrafas dos funcionários autorizados para expedir certificados de origem.

Publicado como documento ALADI /CR/di 2805.

3. Representação Permanente do México. Nota Nº 75, de 30/10/2008.

Comentários do México ao documento ALADI/SEC/Estudo 190 "Turismo regional como mecanismo de integração".

Publicado como documento ALADI/CR/di 2804.1.

4. Convites recebidos:

Instituto de Relações Internacionais. Convida para o IV Congresso de Relações Internacionais, a ser realizado na Faculdade de Direito da Universidade Nacional de La Plata (La Plata, República Argentina, 27/11/2008).

5. Relatório mensal sobre o comportamento da despesa orçamentária (janeiro – setembro 2008) (ALADI/SEC/di 2186).

6. Relatório da situação financeira da Associação a 30 de setembro de 2008 (ALADI/SEC/di 2187).

7. Relatório das contribuições especiais recebidas a 30 de outubro de 2008 (ALADI/SEC/di 2188).”

...Gostaria de assinalar que, posteriormente à publicação deste documento, ontem à tarde foi recebido um convite do Governo do México, por meio de sua Representação junto à ALADI, para que o Secretário-Geral participe da XXVII reunião de Ministros de Relações Exteriores do Grupo do Rio, a ser realizada em 13 de novembro, em Zacatecas, México. Na

mencionada reunião, o Grupo do Rio faria uma avaliação, com intervenções da CEPAL, SELA, ALADI, FLACSO, sobre os temas do impacto da crise financeira e as perspectivas de integração regional.

Consideramos que essa reunião será muito importante, e não queria deixar o tempo passar, Presidente, para que tomássemos conhecimento. Logo faremos a distribuição do relatório da mesma, como corresponde a todas as Missões.

PRESIDENTE. Obrigado, Secretário, obviamente estamos deixando a menção sobre o tema Panamá, que é da máxima importância.

Na terça-feira da semana passada, a Embaixadora Elvira Barrios pediu uma reunião com o Presidente do Comitê, e foram entregues duas notas, distribuídas pela Secretaria: uma dirigida ao Secretário-Geral, e outra dirigida ao Presidente do Comitê, solicitando formalmente o ingresso do Panamá como membro pleno da ALADI.

Explicou que as cartas, na verdade, seriam entregues pelo Presidente Torrijos diretamente ao Secretário-Geral, em oportunidade de sua visita ao Panamá, que seria realizada no dia 22; depois, por razões de saúde, essa viagem foi suspensa, e então a Embaixadora quis entregar a nota, porque assinalou - e isto é o que quero especialmente comentar-lhes - que o Presidente Torrijos dava a mais alta importância a esta solicitação e que gostaria que o tema fosse totalmente resolvido antes de que concluísse seu mandato Presidencial, penso que em 30 de junho do ano 2009.

Concluída essa reunião, falei por telefone com o Secretário-Geral, e concordamos com a distribuição da nota e que daríamos entrada formal à nota no dia da data. Falei com o Subsecretário Quina para relembrar a metodologia para o tema das incorporações, tendo em vista a incorporação da República de Cuba. Depois, a Secretaria-Geral ampliará este tema, mas queria compartilhar com os senhores essa informação de caráter geral, e sobretudo, o que me parece importante destacar é o tempo que temos para esta questão, ainda mais se levarmos em consideração o desejo do senhor Presidente Torrijos.

Passamos ao ponto 3.

3. Consideração da ata correspondente à 1019ª sessão.

... No dia de ontem, o Presidente esteve reunido com os Embaixadores do Equador e da Venezuela, vendo a Ata correspondente. Sobre a mesma eu quero fazer uma pequena intervenção, porque não gostaria que ficasse refletida a existência de dúvidas sobre o exercício desta Presidência. A respeito da Ata 1019ª, que está à consideração, não havendo observações de ninguém, a Presidência teria comentários a fazer.

Não havendo outras intervenções, quero assinalar que, na página 10 dessa Ata, a Presidência fez a seguinte intervenção: "Com franqueza, penso que temos que encontrar o modo de chegar a uma convergência, e quero ser absolutamente honesto, penso que a proposta do Brasil, com algumas correções se necessário, está abarcando todos os conceitos centrais, então por que vamos limitar a discussão que tem que dar a Conferência de Avaliação e Convergência...".

Esta intervenção mereceu uma consulta do Embaixador do Equador, dizendo: "No plano mais cordial, pergunto ao senhor se os últimos comentários foram feitos como Presidente da Representação da Argentina ou como Presidente do Comitê?". Essa questão foi novamente suscitada, posteriormente, pelo Representante da Venezuela. Na página 12, diz, e leio textualmente: "O Presidente tem que fazer um esforço para conseguir o

consenso, independentemente do coraçãozinho, porque cada Presidente que está aí tem seu coraçãozinho e representa seu país, mas tem que tentar, essa é minha opinião, com todo o respeito, não assumir posições que possam gerar disputas.”

Quero assinalar, fundamentalmente para deixar nos registros históricos, que quando a Presidência fez esta intervenção, já haviam sido pronunciadas as intervenções da Argentina, do México, do Peru, do Uruguai, do Chile e da Colômbia, todos respaldando um determinado texto, e, diferentemente do que opinam algumas Representações, eu quero ler concretamente o Regulamento sobre as funções do Presidente. No Artigo 8 a) diz “Presidir, abrir e encerrar as sessões”; e no ponto b) diz: “Dirigir os debates e submeter à consideração os assuntos, conforme estejam inscritos na Ordem do Dia”.

Quando vemos o que significa “dirigir”, segundo o “Diccionario de la Real Academia Española”, temos: “Dirigir: endereçar, levar retamente algo para um término ou lugar assinalado”, acepção segunda, “Guiar, mostrando ou dando os sinais de um caminho”. E se lemos o que diz o mesmo “Diccionario” sobre guiar, temos: “Ir adiante, mostrando o caminho”.

Desta maneira, esta Presidência entende que, pronunciados 6 países sobre uma determinada orientação, quando a Presidência indica que essa orientação parece ir conseguindo o consenso, não está fazendo outra coisa que não dirigir o debate, sem fazer nenhuma outra concessão.

De tal maneira que queria deixar constância destes fatos por parte desta Presidência, e damos por concluída a consideração da Ata correspondente à 1019ª Sessão.

A Representação da Colômbia tem a palavra.

Representação da COLÔMBIA (Claudia Turbay Quintero). Obrigada, Presidente. Para comentar que na Ata que está à consideração não foi feita a alteração solicitada pela Representação da Colômbia no que concerne anotar que quem esteve presente nessa oportunidade foi Cielo González, a Representante Alternativa, e não a substituta. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado, a Secretaria pede a palavra.

SECRETÁRIO-GERAL. Embaixadora, para esclarecer que a Secretaria anotou sua observação, e ao aprovar-se a Ata, a mesma será incluída.

PRESIDENTE. Sobre o mesmo tema, a reunião foi 10 de setembro, e não 3, como consta na página inicial.

Pediria à Secretaria que mantivéssemos na agenda o ponto 4 a respeito do Panamá, porque sei que quase todas as Representações têm um especial interesse no tema. Especialmente para que nos explique qual seria metodologia de trabalho.

Passamos novamente a palavra ao Secretário-Geral para falar da questão do Panamá, obrigado.

4. Relatório do Secretário-Geral sobre a solicitação de adesão ao Tratado de Montevidéu 1980 apresentada pelo Governo da República do Panamá

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidente. Como o Comitê está informado, devido à apresentação formal feita pela Embaixadora do Panamá ao Presidente do Comitê, por meio da nota dirigida a sua pessoa, e outra dirigida ao Secretário-Geral, o Panamá inicia formalmente o processo de pedido de incorporação à ALADI. Nós consideramos que o tema é muito relevante, pois no momento em que nossa região se encontra, com o aparecimento de novos órgãos, com crises em alguns deles, a solicitação de incorporação de um país à ALADI assinala, ao menos a critério da Secretaria-Geral, um fato muito importante, e é por isso que queríamos destacá-lo.

Isto teve início, como os senhores sabem, em uma missão especial que o Presidente Torrijos enviou no início do ano. Posteriormente, um funcionário da Secretaria, do Gabinete do Secretário, foi enviado para que tivesse conversas sobre os aspectos técnicos que teriam que ser realizados para o processo de incorporação, de acordo com o procedimento do Comitê de Representantes. O Presidente solicitou à Secretaria que estudasse as solicitações de adesão ao Tratado de Montevidéu, e há uma Resolução de maio de 98 que regula o sistema de como deveria ser trabalhado para analisar e negociar a incorporação, para assessorar e apoiar a consideração que depois o próprio Comitê deverá resolver para que, oportunamente, o Conselho de Ministros tome a Resolução.

Nisto é costume que seja constituído um Grupo de Trabalho, e a Secretaria quer deixar uma proposta à consideração do Comitê para a próxima reunião, na qual o tema será tratado, - como o senhor mesmo, Presidente, havia estabelecido - e que seja considerada a possibilidade de que o Grupo de Alternos se encarregue do tema, dada a sua relevância. Nós temos como antecedente a incorporação de Cuba, é algo que vai servir de base nesta negociação.

Para a Secretaria-Geral, o fato político de que neste momento um país como o Panamá solicite sua incorporação é muito importante. Teríamos uma ALADI fortalecida regionalmente, teríamos não somente o Caribe, teríamos a América do Norte, teríamos a América Central, teríamos o resto da América do Sul. Uma Instituição que vai cumprir, dentro de pouco, 30 anos de funcionamento, e no qual, apesar das vozes em contrário que possamos escutar, é uma Instituição que fez muito pela integração e que, neste momento, se encontra justamente com uma agenda na qual se pretende revitalizar as suas atividades, temos um mandato do último Conselho de Ministros a respeito disso, e temos também consenso em avançar no campo social, e também estamos buscando fortalecer os outros pilares de nossa Instituição.

Essas são as considerações, Presidente, que queria fazer nesta oportunidade, e agradeço que tenha me permitido fazê-lo.

PRESIDENTE. Agradeço muito, Secretário-Geral. Esta à consideração o ponto 4 e o proposto pelo Secretário-Geral, não sei se há alguma Representação que neste momento queira fazer uso da palavra. A Delegação do Brasil, por favor.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Obrigado, Presidente. Somente para dizer que em resposta ao comunicado que recebemos da Secretaria-Geral sobre o pedido de adesão do Panamá, a Delegação do Brasil respondeu dizendo que o Brasil daria e prestaria todo o apoio para a incorporação do Panamá à ALADI. Foi também solicitado à Secretaria-Geral que desse conhecimento do teor desta comunicação do Brasil para as demais Representações.

PRESIDENTE. Obrigado, Brasil. A Representação do Paraguai tem a palavra.

Representação do PARAGUAI (Emilio Giménez Franco). Muito obrigado, Presidente. No mesmo sentido do manifestado pela Delegação do Brasil, minha Representação quer transmitir que, por instruções de seu Governo, prestará o maior apoio possível para a incorporação do Panamá à ALADI. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Há alguma outra Representação que queira fazer uso da palavra? Está claro que a ALADI destina à solicitação do Panamá a mais alta prioridade política, consideramos que é um tema de suma importância, de tal maneira que está em um ponto da Ordem do Dia para a reunião do próximo Comitê.

A Secretaria-Geral solicita a palavra.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidente. Somente gostaria de destacar a presença da Embaixadora do Panamá neste ato. Embaixadora, estamos muito contentes com todo o trabalho que a senhora vem realizando, sabemos que esta solicitação leva a marca de sua gestão.

PRESIDENTE. Obrigado. A Representação do Uruguai tem a palavra.

Representação do URUGUAI (Raquel María Rodríguez Sanguinetti). Obrigada, Presidente. Muito brevemente, apoiando as palavras do Presidente e do Secretário, para o Uruguai, é da mais alta importância e uma grande alegria a solicitação do Panamá, e esperamos que, quanto antes, o assunto seja definido. Muito obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado, Uruguai, então para a Secretaria, na próxima Ordem do Dia, um ponto especial a ser considerado é o tema da solicitação do Panamá e os mecanismos para seu tratamento.

O ponto 5 é a apresentação do Secretário, que ele propõe postergar. O ponto 6 é de metodologia de trabalho, mas me pediram, se possível, para postergar o tratamento desta questão, tendo em vista que ainda há espaço de trabalho do Grupo de Alternos, etc.

6. Estabelecimento de uma metodologia de trabalho para avançar nas Resoluções do processo de integração

...A Representação da Bolívia solicita a palavra.

Representação da BOLÍVIA (Carlos Suárez Cornejo). Obrigado, Presidente. Na última reunião de Alternos em que eu estive presente, o ponto foi que não era possível avançar nas outras Resoluções até que não terminássemos o tema Serviços. Eu vim especificamente para esta reunião para tentar encontrar uma posição que nos permita avançar nas demais Resoluções.

Não ficou claro que o tema serviços condicionava as demais, mas também não foi esclarecido que em nenhum momento permitisse a passagem aos demais. É por isso que eu pediria às demais Representações que dessem sua opinião, para ver se o tema de serviços permitirá ou não que as outras Resoluções avancem. O que nós queremos é que certas Resoluções que não têm consenso não se tornem um obstáculo para as demais, nas quais temos consenso. Isso é o que vim pedir nesta reunião. Obrigado.

PRESIDENTE. A Representação do Paraguai tem a palavra.

Representação do PARAGUAI (Emilio Giménez Franco). Obrigado, Presidente. Com respeito ao que acaba de manifestar a Representação da Bolívia, eu somente queria recordar que o Grupo de Alternos está convocado para amanhã para tratar os outros dois projetos de Resolução, então, parece-me que o tema de serviços não está, ao menos, limitando o tratamento dos outros temas. Obrigado.

PRESIDENTE. A Representação da Bolívia novamente.

Representação da BOLÍVIA (Carlos Suárez Cornejo). Na última reunião de Alternos na qual estive presente a questão foi que até que serviços não estivesse terminado, não avançaríamos, não ficou estabelecido assim. Mas o que quero pedir é se vamos avançar ou não, e a reunião será para que fique claro que em serviços não estamos avançando.

PRESIDENTE. Com todo o respeito, o que acontece é que depois dessa Reunião de Alternos, a qual se refere o Representante da Bolívia, houve uma Reunião do Comitê. Nela, concordou-se que era conveniente continuar o tratamento dos temas, sem que isto implique posição final sobre os temas, e sim continuar buscando uma redação que seja passível de consenso, e depois veríamos.

Não estamos, neste momento, estabelecendo se o tema de serviços definitivamente obstaculiza ou não, vejamos primeiro se podemos chegar - isto foi o definido na reunião do Comitê de Representantes - a um texto de redação que permita uma posição única, tentando buscar uma solução. Caso não fosse possível, veríamos como tratar o tema. Estamos tentando continuar avançando, sem provocar em determinado momento definições que, talvez, não atinjam unanimidade, estamos tentando encontrar uma forma de caminhar compassadamente, apesar de nossas diferenças. Isto foi o decidido na última reunião do Comitê de Representantes, feita posteriormente à última reunião de Alternos.

A Delegação do Brasil solicita a palavra.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Senhor Presidente, justamente era para isso que havíamos decidido que discutiríamos a metodologia de trabalho, como o senhor mesmo disse, deixamos para a próxima semana, e nós nunca discutimos condições aqui, sempre falamos de diálogo. A Bolívia não estava presente na reunião passada, do contrário saberia que justamente o objeto da discussão da metodologia de trabalho era esta, e não há condições para nosso trabalho nem para nosso diálogo.

PRESIDENTE. A Representação da Colômbia, e depois o Equador.

Representação da COLÔMBIA (Claudia Turbay Quintero). Obrigada, Presidente. A Representação da Colômbia considera importante transmitir à Representação da Bolívia o interesse manifestado neste Comitê de que a Bolívia esteja presente e faça parte de todos os temas e todas as sessões em nossos trabalhos. Os esforços que estamos fazendo são justamente para que todos os temas que nos interessem sejam tratados aqui, e tomara que consigamos a fórmula para que todos os países possam fazer parte dos acordos, então, eu gostaria, fundamentalmente, de reiterar esse espírito primado em todas as discussões, em todas as sessões.

Há um desejo de que nenhum tema fique de fora, que todos sejam tratados e formulados de tal maneira que todos os países possam participar deles, mesmo quando o ponto de partida ou o ponto de inserção não seja exatamente o mesmo para todos nós, mas que haja um tratamento de todos os temas. Então, parece-me que não se trata de

eliminar um, obstaculizar, mas sim que se entenda. Gostaria, do ponto de vista da Colômbia, de enfatizar à Bolívia esse esforço coletivo. Obrigada.

PRESIDENTE. Muito obrigado. A Representação do Equador.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Até agora eu entendi que o tema de serviços está exaurido, e que não há nenhuma Comissão para continuar trabalhando um texto de consenso. Isso já ficou como um tema acabado, pelo menos, de que não há consenso, pois há reserva de dois países. O que devemos definir aqui, depois de aprovado o que será feito perante esse fato, é tomar uma posição, mas parto do fato de que não há consenso, nem buscaremos fazer um texto que englobe a todos. Essa é minha perspectiva sobre o assunto. Continuaremos trabalhando no tema dos insumos e da diretrizes.

Parece-me pertinente, mas não neste momento, o manifestado pela Bolívia, para ver que fazemos frente a essa realidade, porque antes quisemos estabelecer qual caminho faremos, qual metodologia utilizada para enfrentar essa realidade de que não há consenso, e entendo perfeitamente a posição da Bolívia e da Venezuela que sempre expressaram que, mesmo tendo reserva, não impediam que os outros países avançassem. Não há uma intenção de bloquear, como também não se quer que, para haver consenso, as posições nacionais devam ser alteradas.

Penso que corresponde outra data para ver isto, que foi diferido o tema da metodologia, para ver o que fazer frente a essa realidade e frente a outras. Penso que, como não se tratou o tema hoje, não podemos adiantar o que fazer frente a essa realidade.

PRESIDENTE. Obrigado, Equador. A Representação do Uruguai, por favor, seguida da Bolívia, e depois a Presidência quer fazer algumas pontualizações.

Representação do URUGUAI (Raquel María Rodríguez Sanguinetti). Muito obrigada, Presidente. Vou pedir aos Representantes que estão aqui presentes uma intervenção que não será longa, mas será de ordem um pouco diferente, talvez um passo à frente ou atrás, como queiram, tendo em conta que por não estar o Embaixador Rodríguez Gigena, correspondeu-me estar aqui, e este ponto será, como propôs a Presidência, possivelmente tratado em outra sessão.

Havia dois aspectos que gostaria de considerar, um porque me sinto parte de um coletivo no qual, nos últimos meses, aprendi muito sobre a multilateralidade, compreensão, profissionalismo, deste âmbito institucional que respeito profundamente e do qual nosso país se sente orgulhoso de pertencer e, nesse sentido, penso que há um esforço deste coletivo para poder chegar, em um momento tão difícil da situação internacional, ao diálogo que os consensos geram.

Nas diferentes intervenções das últimas sessões, nas quais algumas vezes a Bolívia não estava presente, o ambiente que primou foi a vontade de encontrar uma possibilidade de diálogo, e não pudemos porque a comunicação às vezes não é fácil em um âmbito assim.

Em primeiro lugar, apelando a este riquíssimo coletivo que temos na ALADI, e em segundo lugar, como ser humano profissional pertencente a um país e a um governo no qual nos parece fundamental que este âmbito funcione - e muito mais com a potencial integração agora do Panamá -, para poder ser um modelo de referência de um novo âmbito, como vários países estão impulsionando, integrando agora a dimensão social

também na ALADI. Parece-me que o desafio que temos de inovação e de reformulação da missão me parece muito mais importante que nossas diferenças, penso que elas não são tão graves.

A pergunta que gostaria de fazer, a mim mesma e aos senhores também, é se às vezes o objetivo que temos, que é o mais importante, e a missão que temos não estão sendo obscurecidas por nossas próprias reservas, essas próprias dificuldades internas que temos em nossos países, e que são muito grandes. Então, se olharmos para o futuro da ALADI e para as possibilidades que tem neste momento do mundo internacional, a mudança de ontem de noite nos Estados Unidos também é algo muito interessante para a ALADI, tendo um coletivo latino importantíssimo dentro daquele país, parece-me muito importante imaginar um cenário mais otimista, e não entrar tanto no instrumental, e sim buscar a metodologia que nos ajude a trabalhar. Estou completamente de acordo com isso, e penso que nossa Representação contribuirá nesse sentido, mas me parece que seria importante não marcar tanto as diferenças, e marcar os pontos de acordo pode ajudar no futuro como atitude.

Pessoalmente, trabalhei muito tempo na Bolívia, tenho muito carinho por esse país, trabalhei em vários países da América Latina, e meu pedido é um pedido como profissional e ser humano, como o Presidente fez várias vezes ao longo das diferentes sessões, de que ponhamos um pouquinho de vontade, a metodologia é uma ferramenta somente, se não tivermos vontade de que o espaço da ALADI seja algo positivo e que possamos ter um Conselho de Ministros com um conjunto de Resoluções que sejam levadas pelos Representantes, estamos talvez não podendo validar o que esta Instituição tem de mais forte.

Eu gostaria de fazer um chamado para cada um de que, daqui à próxima reunião, seja possível pensar justamente nessa capacidade de diálogo e de consenso no mais profundo, que às vezes não é um problema de palavra, é um problema de convicção interior. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação do Uruguai. A Representação da Bolívia tem a palavra.

Representação da BOLÍVIA (Carlos Suárez Cornejo). Obrigado, Presidente. Para valorizar as contribuições feitas pelas Representações da Colômbia e do Brasil, de que não há um condicionamento neste momento para nenhum dos avanços, e é importante reconhecer os avanços que temos em todos os outros temas nos quais avançamos.

Para nós é importante ter consciência de que se chegou a um acordo em muitos temas, que a nosso entender tinham o condicionamento de outros temas. Para nós, é importante valorizar que não há um condicionamento, que acreditamos que podemos avançar em temas nos quais todos temos interesse. Nós temos muito interesse no tema social, na integração como tal e, evidentemente, temos sensibilidades em alguns temas, o tema de serviços, para nós, é de grande sensibilidade, mas podemos avançar em outros temas sem que tenham condicionamentos. Meu país recebe muito bem esta vontade dos demais países de encontrar um consenso e de que possamos seguir avançando na integração. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Bolívia. A Delegação do Brasil tem a palavra.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). O Brasil tem muito interesse em serviços também.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra a Representação da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Claudia Turbay Quintero). Com o ânimo de que nosso pensamento sempre fique claro, a idéia é avançar em todos os temas, mas a Colômbia também tem um grande interesse no setor de serviços, e, com o objetivo de seguir avançando, reitera que não é, nem o assume como condicionante para a Bolívia, mas sim como uma oportunidade para que busquemos fórmulas para avançar. Então, a Colômbia tem sim interesse no tema de serviços.

PRESIDENTE. Obrigado, Colômbia. Gostaria de organizar um pouquinho isto, porque às vezes não mantemos uma terminologia uniforme, e essa falta de uniformidade na terminologia termina por confundir-nos.

O Embaixador do Equador, em oportunidade anteriores, assinalou que o consenso não é a mesma coisa que a unanimidade, e então havia coisas com consenso, mesmo não tendo unanimidade. Entendo que haja consenso para o tema de serviços, porque pelo menos 9-10 países têm interesse em tratar o tema, e há dois países que formularam reservas, e eventualmente um terceiro país que poderia formulá-las. Então, neste tema, existe consenso, mas não unanimidade.

Há outros temas em que há uma série de Representações que tem interesse em avançar, em outros há outras Representações que têm interesse em avançar, e a tarefa que o Comitê deveria desenvolver é ver de que maneira pode levar todos estes processos adiante.

O tema da metodologia, quero recordar porque nos perdemos às vezes nas discussões, era se uma Representação poderia evitar que um tema fosse tratado, porque a Bolívia havia solicitado que o tema serviços fosse retirado da agenda, e sobre isso houve consenso de que somente uma Representação não podia orientar o trabalho da totalidade da ALADI. Também houve algum questionamento a respeito de que o tema estava incorporado na Resolução 59 (XIII), e que quando o tema foi discutido, a Venezuela, desde essa época, vinha apresentando reserva, e houve Representações que oportunamente não haviam formulado reservas e que, como é o caso da Bolívia, agora não queriam tratar o tema.

Houve, portanto, polêmica por este tema, e alguma Representação falou de ter havido uma mudança de governo. Então, houve uma Representação que considerou qual é a eficácia jurídica dos documentos, porque havendo uma mudança de Governo, pode-se desconhecer os acordos previamente estabelecidos. Alguém propôs que então deveríamos internalizar as Resoluções do Comitê de Representantes da ALADI, e esta Presidência assinalou que a internalização não resolve o problema, porque há vezes que se acordam documentos que não são internalizados.

Relembro isso tudo porque se não tivermos presentes as razões pelas quais estamos incorporando temas de debate, voltamos a nos perder no marasmo das coisas. A questão da metodologia era ver de que maneira podíamos trabalhar, porque lembro que, em várias oportunidades, a Representação da Venezuela assinalou que sua reserva ao tema de Serviços, apresentado desde o princípio, não era impedimento para que outros países pudessem avançar no tratamento do assunto. Algumas Representações manifestaram que, por mais certo que fosse, o sentido era alcançar acordos de alcance regional, porque para acordos de alcance parcial não é necessária a permissão de ninguém. Então, relembro tudo isso porque do contrário nosso trabalho se perde em discussões sem sentido.

Com todo esse cenário, quando dizemos metodologia, temos que ver como fazemos para que os avanços que consigamos com consenso, que de acordo ao critério geral não significa unanimidade, tenham eficácia jurídica, não possam ser desconhecidas *a posteriori*. Como fazemos para que o trabalho da ALADI seja um trabalho eficiente, este é o sentido de metodologia, porque também temos aqui outro tema a ser lembrado: havia se concordado que não seriam levados temas com reservas ou com colchetes para a reunião do Conselho de Ministros e então, outro dos temas que temos que resolver é: frente a um documento que tem consenso e apoio de 9-10 países, mas 2 não o apóiam, significa que não pode ir ao Conselho de Ministros, ou vamos mandá-lo ao Conselho de Ministros com reservas? Se não o mandamos ao Conselho de Ministros, significa que a vocação de dois países impede que os Chanceleres tratem temas de fundo? Tudo isto é o que temos que discutir como metodologia. Relembro o tema, não para que o resolvamos no dia de hoje, mas sim para que todos amadureçam idéias e vejam de que forma podemos encontrar com consenso o caminho para que possamos chegar à reunião do Conselho de Ministros, pela qual tanto estamos brigando há tanto tempo.

Com esta orientação, que tem como único objetivo recordar os debates, vamos por partes. Havia uma consideração da Bolívia, que penso haver ficado claro, que os outros dois temas que haviam ficado pendentes serão tratados no Grupo de Alternos. O tema serviços continua na agenda deste Comitê, que já verá como ordena.

Resolvido este tema, pergunto se deixamos para a próxima sessão o tema da metodologia de trabalho, porque está claro que nos falta o amadurecimento do tema e também é bom que tenha sido possível avançar no Grupo de Alternos o tratamento dos outros dois documentos.

A Delegação do Brasil solicita a palavra.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Obrigado, Presidente. Suas palavras são muito sábias, Presidente, e gostaria de agradecer-lhe por dar-nos luzes sobre como devemos continuar nossos trabalhos aqui na ALADI.

Eu mesmo havia proposto que a metodologia de trabalho fosse discutida, porque me pareceu que em um momento em que temos dificuldades sobre um projeto de Resolução, reservas sobre outro, dificuldades de linguagem e, no fim das contas, introdução de um novo tema, de uma nova temática em nossa agenda, que é a dimensão social, importante para todos nós, e chegamos a um ponto em que se via – o próprio Embaixador do Paraguai disse aqui - difícil avançar sem que tivéssemos um rumo, uma metodologia de trabalho, e me parece que devemos continuar tentando defini-la, mas penso ser legítimo que todos nós necessitemos de um pouco mais de tempo, inclusive para consultar nossas capitais sobre como devemos orientar nossas posições na ALADI para tentar ver se chegamos a consenso ou a uma unanimidade sobre como vamos continuar nossos trabalhos daqui para chegar a um Conselho de Ministros.

Penso que a metodologia de trabalho deva ser definida, mas, muito sinceramente, Presidente, penso que a maior necessidade que temos hoje, e perdoem-me por ser sincero e falar um pouco mais de coração, é fazer um pedido à Bolívia para que participe das reuniões. Tivemos doze reuniões do Comitê de Representantes com a ausência da Bolívia. A Bolívia diz que não pode participar de reuniões que tratem de serviços, mas a Bolívia tem que saber que serviços faz parte da Resolução 59 (XIII), é uma determinação da Resolução 59, foi um tema aprovado pela Bolívia para a última reunião do Conselho. Não havia reserva da Bolívia, não havia nenhuma dúvida da Bolívia.

Não é uma questão de dizer que a Bolívia tem que aceitar serviços porque serviços é de interesse de outras Representações. Sabemos que todos nós temos nossas sensibilidades, e sabemos que, para a Bolívia, o tema serviços é sensível, como para a Venezuela e para o Equador também. Mas, não sei se concordam meus colegas, como Delegação do Brasil faço um pedido a que a Bolívia participe das reuniões, porque o diálogo, eu disse na vez passada, é a coisa mais sagrada que temos aqui, não é porque para a Bolívia determinado tema seja sensível que não deva participar das reuniões, pode participar, dizer que não gosta de uma coisa, gosta de outra, mas falar sobre isso é fundamental. Há outras partes que são sensíveis para o Brasil.

Nós somos um organismo de doze países que tem que trabalhar em conjunto, todos nós queremos a integração, seja por serviços, por acesso a mercados, por dimensão social, mas estamos aqui para discutir. Penso que o mais importante, antes de definir a metodologia de trabalho, é que a Bolívia deveria participar das reuniões, fazer parte deste diálogo, deste debate, que, volto a dizer, é a essência, a parte mais importante do multilateralismo, e estamos aqui negociando, tudo é uma negociação.

Para dizer em outras palavras, eu não acredito, Presidente, que sirva ter uma metodologia de trabalho quando um dos países-membros, um dos doze não participa nem da metodologia de trabalho, nem da definição, nem dos temas que estamos discutindo, então faço um pedido à Bolívia para que se una novamente ao diálogo, como tivemos ano passado, como tivemos no início desse ano, em que a Bolívia participou dos debates, tinha suas posições, suas sensibilidades. Mas não tem como nosso trabalho aqui no Comitê seguir adiante, de uma maneira, como disse o Presidente, eficiente, com eficácia jurídica, se um de nossos membros não participa disso.

Estamos discutindo a adesão de um país, e digo perante a Embaixadora do Panamá, e vemos que um dos países-membros mais importantes que temos aqui entre os doze não participa das reuniões porque é contra um dos temas que estamos discutindo e que está na Resolução 59 (XIII), e que tem a aceitação de outros 9 ou 10 países-membros, então, penso, Presidente, que o mais importante é que façamos esse chamado. Peço, por intermédio do senhor, à Representação da Bolívia para que participe das reuniões, participe do diálogo. Nós, o Brasil, tivemos várias dúvidas, várias sensibilidades, e eu nunca senti que minhas dúvidas ou as dúvidas do Brasil não foram consideradas por meus colegas, os Representantes Permanentes. Claro que consideraremos todas as dúvidas, as preocupações, as sensibilidades de todos nós, mas o importante é que haja participação dos doze membros. Somos um organismo de doze membros, seremos de treze talvez, ou mais, mas temos que ter a participação de todos os membros para fazer qualquer coisa, do contrário não podemos avançar. Obrigado.

PRESIDENTE. Agradeço, Delegação do Brasil. A Representação da Bolívia tem a palavra.

Representação da BOLÍVIA (Carlos Suárez Cornejo). Obrigado. Nós fizemos duas considerações. A primeira é que damos a principal importância a este foro, e por isso designamos a nossa principal autoridade em relações internacionais, em integração, para que seja parte e Representante Permanente neste Foro, nosso Vice-Ministro Guzmán é uma das mais altas autoridades, e tem a maior predisposição de vir a todas as reuniões que puder, e é por isso que hoje fizemos uma proposta de que estas reuniões de Alternos, sem contradizer o mandato, sejam feitas a cada duas semanas. É uma solicitação que fizemos a este Foro, e aceitamos a decisão que cada um dos senhores tomou ao dizer-nos que estavam dispostos a aceitar, mas que também poderiam convocar outras reuniões em

outros momentos. Nós estamos atentos a todas as convocatórias que os senhores fazem, e na medida de nossas possibilidades, viemos e participamos.

O que sim devemos dizer-lhes é que nas reuniões onde se tratar o tema serviços, a Bolívia manifestou e manda sua posição por escrito. A Secretaria recebeu a posição de que nós não vamos comprometer, em nenhum momento, somos contra o formato, do que diga ou que não diga a Resolução, é a política de meu governo que estipula que não comprometeríamos o tema de serviços, não como um tema de uma Resolução, mas sim como um tema como tal, e isso manifestamos em todas as reuniões nas quais estivemos presentes, de forma escrita, de forma verbal, é um tema no qual não podemos ter uma discussão. Nossa discussão limita-se a dizer-lhes que não podemos avançar nesse tema, e se a reunião é para escutar que não podemos avançar nesse tema, não podemos vir, mandamos a posição por escrito. Na última reunião, meu Vice-Ministro manifestou o mandado de que não podemos comprometer-nos em serviços, mas queremos continuar avançando no que sim podemos, para nós são importantes os demais temas.

Escutei em algum momento alguma das Representações que isto é um todo único, que até que não se avance em um tema, não se termina de reconhecer os demais, então reconheçamos o que avançamos até agora, em temas sociais, reconheçamos que temos um avanço em temas de integração, mas também é importante reconhecer que a Bolívia não pode avançar nestes temas, não podemos discutir o tema de serviços. Estes temas não somente estão trancados aqui, estão trancados a outro nível, não podemos condicionar neste Foro o que não avança na OMC, porque se é uma posição rejeitada lá, também devemos rejeitá-la aqui, como país. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Bolívia. Equador, e depois México.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Quero expressar um critério, e devia ter feito isso no dia em que íamos tratar os problemas metodológicos, mas estamos nos adiantando um pouco porque a Bolívia trouxe um assunto que devia ter incluído na Ordem do Dia, mas estamos no tema.

Sou uma pessoa que, por profissão, dedico-me à epistemologia, à filosofia da ciência e às diferentes percepções. Há um ponto em que não concordo com o manifestado pela Bolívia, e respeito a Bolívia. Não concordo que não participe das discussões, da conversação, dos diálogos, penso que a Bolívia, que toda a comunidade, toda a pessoa não pode se fechar, e, portanto, não concordo nesse ponto.

Mas há outro ponto de fundo que sim concordo com a Bolívia. Penso que nós, nem todos juntos, temos o direito de fazer com que a Bolívia mude de posição, quando alguma vez me ofereci para a redação de um texto, minha idéia íntima era que fosse um texto que refletisse as posições dos países, o que pensa a Bolívia, a Venezuela, o Equador. Agora, a solução para mim é que nos textos de Resolução, nos diferentes documentos, devem constar as posições dos países, já não estamos na época, e essa é a mentalidade que as Nações Unidas e os organismos devem mudar, de que por uma ditadura de maioria de votos, por um voto ou por quase todos, um país seja obrigado a mudar o que pensa.

Estamos na época das visões múltiplas, multipolares, não no mundo unipolar, nem nas ditaduras. Temos que elaborar documentos que reflitam os diferentes níveis e velocidades de desenvolvimento, e que as vozes dissonantes –ou outras vozes- não sejam excluídas por não se sentirem representadas nos textos. Minha idéia, quando me ofereci, que assumiu o desafio a República do Paraguai, era essa, que o que a Venezuela, Bolívia e Equador pensem estivesse refletido nos textos, e por isso quero que, quando esse

documento seja elaborado, o ponto d) entre ao ponto original, porque penso que as diferenças, as opções refletem não somente o que o Presidente do Equador, mas a própria Constituição do Equador, pensa a respeito de Serviços.

Então, senhor Embaixador do Brasil, a situação do Equador é muito mais difícil que a da Bolívia, porque nós temos uma Constituição recém aprovada, e que não depende do Presidente Correa nem do Governo, ou que se ajuste ao que queira outro país, qualquer do Planeta, o mais poderoso. Sim temos que estar em consonância, temos que estar juntos, respeitando as políticas nacionais, e mais ainda quando estão manifestadas em documento ou em políticas internas, porque, do contrário, estamos querendo forçar o que um país tem como algo sagrado.

Então, nesse plano, penso que as posições, na nova era em que deve entrar a ALADI, têm que ser refletidas nos documentos, e não somente no consenso, porque aqui o que se buscou sempre foi a unanimidade, porque quando muitos países opinam e não há votos contra, há consenso, mas para que haja unanimidade todos teriam que se expressar de forma positiva. Acredito que temos que chegar a novas formas de pensar para resolver os problemas. A ALADI e quase todas as organizações mundiais estão em crise porque estão operando com a lógica de Newton e Descartes, que é uma ditadura, todas as formas de pensar até 1899 são ditaduras, religiosas ou científicas, ou o que for.

Temos que fazer com que o singular faça parte da unidade, e não que a unidade esmague as singularidades dos países, das culturas, das crenças diferentes, e esse para mim é meu desafio, no aspecto formal, reitero, há algum tempo expressei perante vários Representantes da Bolívia que não concordo com aquele que não queria sua posição integrada nos documentos, se não estivesse integrado, senhor Representante da Bolívia, eu estaria contra, porque gostaria que os documentos refletissem a posição de meu país, esse é meu desejo, que a Bolívia o faça em algum momento, e essa é a posição do Equador. Lutamos para que o que pensa o Equador conste, mas não, digamos, que sejamos excluídos, se me sinto excluído, estaremos contra essas posições que querem me obrigar. Mas não houve o esforço suficiente, digamos, para que essas posições façam parte dos documentos, isso é o que penso como solução para a situação da Bolívia, e penso que em algum momento -espero na Conferência de Avaliação e Convergência- seja possível analisar em profundidade, porque temos uma meta mundial, como muito bem manifestou o Representante do Uruguai, que temos que enfrentar urgentemente, não podemos ficar atrás dos outros organismos da América Latina, e estamos obstaculizados, quando organismos como o SELA estão trabalhando com nossos temas, quando nós deveríamos estar pensando neles. O instrumental é importante, como ela disse, mas muito mais importante são os problemas essenciais fundamentais que nos separam, e esses são os que temos que enfrentar para buscar a unidade de nossos países. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Equador. A Representação do México tem a palavra.

Representação do MÉXICO (Cassio Luiselli Fernández). Muito obrigado, Presidente.

Há algumas semanas não venho aqui, tive alguns dias de férias, e é um pouquinho frustrante advertir que estamos trabalhando em círculos, a verdade frustra um pouquinho porque também deve ser levado em consideração que muitas Representações foram profundamente respeitadas e mantiveram silêncio para evitar confrontos desnecessários e discussões infinitas.

Há consenso em que respeitamos profundamente as sensibilidades de nossos amigos bolivianos e venezuelanos. Há consenso e está nas atas. Ninguém está se opondo às

sensibilidades, alguns vêm de um ângulo talvez mais extremo que outros, mas todos estamos respeitosa e de acordo em que há sensibilidades.

Não devo falar pelo Panamá, um prezado país centro-americano. Tomara que enriqueça logo a ALADI, e é por definição um grande provedor de um serviço estratégico, que é fazer com que milhares de barcos cruzem o canal do Panamá e as mercadorias possam chegar ao seu destino. O Panamá presta um enorme serviço à comunidade internacional e estará aqui conosco. É um pouco frustrante –e devo dizer com respeito, e pedir respeito a nossos colegas, que em uma, e outra e outra sessão se fala do tema serviços como se fosse um grande tema ideológico. De acordo, aceitam-se as sensibilidades, inclusive compartilhamos, e o dissemos aqui o por quê de algumas sensibilidades da Bolívia que eu, como mexicano, compartilho também, embora esteja de acordo que nesta cancha da integração se deve jogar a integração, e serviços é parte fundamental da integração.

O que me frustra muito é que não se escute e se reitere uma e outra vez a mesma discussão da vez anterior. Temos que revisar as Atas, então sim há um profundo respeito às sensibilidades, e penso que o Embaixador Olima disse algo muito correto: há um tema de metodologia que talvez, não sou advogado nem conheço profundamente a ALADI – mas me sinto muito seguro, porque Dora sim conhece profundamente a ALADI, que teria que ter sua pertinência revisada.

Vejo três grandes temas que proporia revisão à Secretaria, que ela os analisasse e nos devolvesse. Primeiro, como avançar sem consensos, no entendimento que todos sabemos que os acordos parciais valem e existem, mas aqui somos crianças grandes, e sabemos que o tema é fazer a região latino-americana avançar para a integração. Um tema muito importante, o colega do Equador acaba de dizer também, entendemos a diferença entre unanimidade e consenso, é uma pergunta válida que deve ser feita neste ânimo da metodologia.

Segundo, os colchetes valem ou não? Ou não é nada mais do que algo imperioso dos Ministros, isto é, para mim sem colchetes, talvez valha ter colchetes, e teríamos que ver a pertinência legal, constitucional disso ou não. Eu não tenho clareza, mas penso que é um tema que deve ser revisado, porque os Ministros também não são deuses nem demiurgos, os Ministros podem ter também que se sentar e discutir e tirar os colchetes, ou não? Então é um segundo tema que o Embaixador Olima trouxe à mesa, e deve ser discutido.

E o terceiro, e muito importante, a validade, a pertinência, já disse o colega brasileiro, de um acordo feito por um país em um regime anterior, não estou fazendo nenhum juízo de valor, mas a Comunidade Européia foi construída por cinquenta e tantos anos e os governos mudaram, e já não vale o que foi acordado? Então, vamos fazer uma torre de babel de nossos organismos de integração, mas é um tema pertinente, e deve ser discutido porque os governos mudam, os mandatos mudam e as Constituições mudam.

Penso que isso é muito importante, muito mais analítico, não pode ser improvisado em uma discussão como esta, e pode talvez ajudar-nos a seguir em frente. O que penso que não vale e não é correto é discutir *ad infinitum* e voltar novamente ao mesmo tema e “sobreideologizar” o mesmo tema, porque merecemos respeito, fomos tolerantes, respeitosos, e se deve avançar, isto está paralisando e é muito grave que seja paralisado desta maneira.

Faço um chamado para buscar vias de solução, a Representação de meu país foi quase sempre prudente, muitas vezes não falamos para deixar que flua a discussão,

tivemos diferenças, todos sabemos, mas aceitamos entrar na cancha e jogar bola, e nem sempre estamos de acordo, mas temos que estar na cancha, que é a que nos convoca aqui e é a memória de nosso esforço de integração, para o bem ou para o mal, isto é a ALADI e é o que temos. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação do México. A Representação de Cuba e logo depois, a Venezuela.

Representação de CUBA (Marielena Ruiz Capote). Obrigada, Presidente. Bem, realmente a análise que tínhamos posposto ao Grupo de Alternos foi adiantada, mas acredito que seja importante. Considero que hoje, neste debate que foi dado aqui, existe uma mudança, pelo menos a visualizo desta maneira, e considero que a todos nos anima a vontade de superar este estancamento no qual estamos, e a única maneira que se pode superar é descartando algumas posições que não o permitem e que acudamos, -creio que o descrito aqui, a partir das diferentes posições, tem muito a ver com o que temos no Tratado de Montevideu de 80-, à flexibilidade e aos diferentes ritmos aos quais os países podem se somar, inclusive temos experiências anteriores que permitem que não tenha que tirar os temas, que os temas sejam incluídos nos que existe um consenso, mas que os países se somem nos momentos em que suas condições internas objetivas o permitam. Penso que se isso não nos anima para o estabelecimento de uma metodologia, não poderemos superar o *impasse* no qual nos encontramos. Aí está o Tratado que nos permitiu, em diferentes condições, incluído meu país, acompanhar ou não determinadas iniciativas. O ideal seria o regional, mas na prática, o que foi demonstrado este último ano é que há países que não têm condições, e que o Tratado de Montevideu de 80 nos dá a possibilidade de, sob seus princípios, poder continuar avançando e que os ritmos sejam diferentes em relação à incorporação, conforme os países tiverem problemática para fazê-lo.

Consideramos inclusive que isto tem que ser algo para continuar sendo discutido internamente antes de pensar em Conferência de Avaliação e Convergência, antes de pensar em Conselho de Ministros, porque Resoluções com colchetes são complicadas. Se nós chegássemos a um acordo, se emitíssemos um documento que contivesse este princípio da flexibilidade e da diferença dos ritmos, em que os países pudessem acompanhar as iniciativas, penso que estaríamos em condições de poder avançar na idéia do mandato que temos da Conferência de Avaliação e Convergência e do Conselho de Ministros, mas fundamentalmente o Conselho de Ministros, embora a Conferência de Avaliação e Convergência se imponha.

Mas penso que, também pelo cenário atual no qual estamos, não podemos desconhecer as agendas que estão considerando outros esquemas, inclusive temos adiante, em dezembro, uma Conferência sobre Integração e Desenvolvimento, com a iniciativa do Brasil, na qual já houve uma reunião de Chanceleres que tem uma agenda, onde figuram muitos dos temas que nós já vimos aqui. Isto é, estamos em um período em que, sem subordinar os trabalhos da ALADI, não podemos dar as costas ao que os Presidentes, os Governos estão negociando ao mais alto nível e que têm a ver com o que está sendo discutido aqui, porque ir com uma agenda desvinculada das principais discussões que estão acontecendo em nível regional não nos parece ser o caminho mais adequado. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação de Cuba. A Representação da Venezuela tem a palavra.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Obrigado, Presidente. Havia 21 dias que eu não vinha para cá. Tentarei ser breve, pois penso que o Embaixador do México disse coisas que me parecem importantes.

Em primeiro lugar, queria ratificar uma vez mais que para nós não há tema algum que seja condicionante, e quero deixá-lo claramente estabelecido, nem sequer a dimensão social é condicionante. Inclusive, em relação ao caso da dimensão social, para nós não é condicionante na medida em que, se a ALADI quer estar à altura das circunstâncias atuais, é um tema que tem que ser abordado, não é um capricho da Venezuela que o tema social seja um tema da ALADI. Nós temos outros espaços onde o tema social está tendo a importância que deve ter neste momento, e para que a ALADI possa adequar-se aos tempos, tem que abordá-lo, e por isso digo que nem sequer isso é condicionante. Então, não há tema condicionante.

Em segundo lugar, o tema de serviços para nós é sumamente importante, como penso que para todos os países, que, internamente, viemos tomando algumas decisões nesta matéria, sobretudo com os serviços estratégicos que nós definimos, e tomamos algumas decisões em termos de que esses serviços têm que estar em mãos do Estado venezuelano, e não em mãos privadas. Certamente estamos falando de serviços como a telefonia, serviços elétricos e outros serviços estratégicos, não estamos falando de serviços bancários, por exemplo, que estão sendo nacionalizados em outros países.

Em terceiro lugar, nós consideramos que podemos avançar em todos os projetos onde todos estejam de acordo. Há projetos que não estão na discussão porque há unanimidade, não há consenso, há unanimidade, estão ali e é uma agenda para o Conselho de Ministros. Há alguns temas, dois temas ou projetos, sobre os quais há reservas. No caso mais polêmico, que gerou mais discussão, o de serviços, no caso do nosso país, nós fomos claros desde 2004, ano em que começou a ser discutido este tema de serviços. No caso do outro projeto que agora é também uma discussão, o de Diretrizes para a Conferência de Avaliação e Convergência, e os Insumos, nós fizemos um esforço para avançar ali sem complicações, mas há elementos que foram trazidos à discussão e que introduz a discussão sobre esses projetos.

Nós pensamos que as mudanças de Governo introduzem modificações ou podem introduzir modificações, e, de fato, em alguns países da América Latina vêm sendo aprovadas algumas Constituições que introduzem mudanças nas políticas nacionais e nas relações internacionais. Ontem houve eleições nos Estados Unidos, e, de acordo ao anunciado pelo candidato vitorioso, haverá inclusive algumas redefinições em acordos que os Estados Unidos fizeram com alguns países do mundo, vamos ver o que acontece na realidade, mas em todo caso isso foi parte do debate da campanha eleitoral.

O Embaixador do México introduziu alguns temas para que a Secretaria pudesse elaborar um documento. Eu acrescentaria ao proposto pelo Embaixador do México que nós pudéssemos receber da Secretaria algumas sugestões, propostas, a respeito do que está estabelecido no Tratado e como sair desta discussão sobre a base do Tratado, e isso tem a ver com a metodologia. Avançamos em tudo ou não avançamos. Mas, o que diz o Tratado? O que é taxativamente considerado no Tratado? É possível que possamos convocar um Conselho de Ministros com todos os projetos de Resolução que temos, incluindo aqueles onde não há unanimidade?

Isso é parte da metodologia que temos que definir, porque do contrário estaremos neste círculo vicioso, e quero dizer-lhes o seguinte, e nisto sim não estaria de acordo com o Embaixador do México: inclusive na União Européia há coisas que são respeitadas, por

exemplo a Constituição única não foi aprovada por alguns países, através de um referendun, coisa bem democrática, certamente, e a França não tem essa Constituição, nem a Holanda, mas também há países da União Européia que ainda não são parte da zona do Euro, por exemplo, eu venho da Polônia, que é parte da União Européia, mas não é parte do Euro, entrará no Euro em um processo, a Inglaterra também não, por exemplo. Digo isso porque inclusive ali há respeito a isso que está estabelecido no Tratado de Montevideu sobre as diferenças dos ritmos, do tamanho.

Eu não sei se o Embaixador Olima participou da redação do Tratado de Montevideu, mas este Tratado é sábio nos assuntos que estamos discutindo, porque aqui se fala dos ritmos, das diferenças, dos tamanhos, penso que vamos ao Tratado de Montevideu e sobre essa base podemos avançar, e termino com uma reflexão, que tem a ver com o seguinte, - penso que o Embaixador do Equador já o disse-, há algumas Instituições regionais, inclusive também muito maiores do que a ALADI, que parece que alguém daqui passa a informação ou fica sabendo das coisas que nós nos propomos a discutir, que não discutimos, mas que eles sim discutem, a agenda da ALADI, que se reduziu agora à agenda dos projetos, porque não saímos dos projetos, a ALADI não está fazendo outra coisa senão isto que estamos fazendo, esta discussão entre nós, em círculos –eu diria- viciosos, porque há círculos virtuosos; refiro-me neste caso concreto ao SELA, que vejo com um dinamismo muito grande, e com isso não estou elogiando o SELA, mas vejo que estão sendo discutidas coisas bem interessantes ali. Tomara que na ALADI saíamos deste obstáculo onde estamos e possamos começar a discutir, por exemplo, aqui no ponto número 5, onde diz “Apresentação do Secretário-Geral de um programa especial para fortalecer a integração frente à crise financeira internacional”, não sei se aconteceu, pois cheguei tarde, e parece que foi tirado da agenda. Pergunto.

PRESIDENTE. Foi parcialmente retirado da agenda, é uma questão complexa, depois lhe explicaremos, Embaixador, continue.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Obrigado, Presidente. Penso que isto deveria ser importante, que a ALADI comece a discutir estes temas e a ver se nos refrescamos um pouco com outras coisas diferentes do círculo vicioso onde estivemos por muito tempo. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Representação da Venezuela. O Brasil e o México solicitaram a palavra.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Gostaria de retomar os pontos que a Embaixadora de Cuba mencionou. Penso que são muito importantes. É verdade que ainda não estamos aqui trabalhando sobre a metodologia de trabalho, o senhor mesmo disse que o faríamos na próxima reunião, mas acho que é útil que tenhamos esta discussão mais geral porque normalmente passamos a ver as coisas mais claramente, sobretudo escutando as opiniões de cada um de nós.

Mas os dois pontos mencionados pela Embaixadora de Cuba são fundamentais para todo nosso trabalho, e se fossem considerados por nós penso que facilitaria muito nossa metodologia de trabalho. Ela mencionou as palavras flexibilidade e ritmos diferenciados para todos nós. Somos países diferentes, somos países que têm prioridades diferentes, interesses maiores em algumas áreas, interesses menores em outras áreas, todos nós temos sensibilidades, nada mais natural, nada mais legítimo que tenhamos um trabalho aqui que tenha sempre a integração como objetivo comum, como objetivo final, mas que essa integração seja construída por todos nós com flexibilidade e ritmos diferenciais.

Penso que se todos nós, digo isto inclusive especificamente para a Bolívia, Venezuela, e Equador, que têm sensibilidades em algumas áreas, como serviços, se fosse possível trabalhar considerando e esclarecendo as flexibilidades que temos e o direito de usar essas flexibilidades aqui na ALADI, e o direito que temos de fazer com que essa integração, em algumas das áreas, seja construída em ritmos diferenciados, de acordo com os interesses de cada um de nós, penso que teríamos resolvido nosso problema, e isso deve ser considerado.

Uma sugestão é ter sensibilidade sobre um tema, dizer que o tema é complicado, que o tema traz problemas, para seu país e para seu governo, para sua realidade, todos nós temos nossas sensibilidades, mas às vezes é melhor manifestar essas sensibilidades, esses problemas, e definir o marco dessa sensibilidade, do que simplesmente ignorá-la e dizer não queremos tocar no assunto, não queremos falar disso, vamos escondê-lo. Penso que, ao manifestar e definir o âmbito, nestas áreas em que temos mais sensibilidade, isso nos protege inclusive mais, fortalece-nos mais, e faz com que possamos construir uma integração melhor entre nós, não estamos falando de integração com outros países, estamos falando de integração entre nós, os países latino-americanos.

A idéia de pôr serviços ou outros temas que gerem sensibilidades para alguns dos países, se pudermos definir o âmbito, manifestando esta questão dos serviços, mas definindo muito precisamente o âmbito em que área de serviços vai participar da construção da integração. Penso que protege a todos nós, estive falando informalmente com o Embaixador da Venezuela sobre isto, já estivemos todos nós mais expostos a definições e a âmbitos em matéria de serviços, isso sim, não consideravam os ritmos diferenciados e as flexibilidades como disse a Embaixadora de Cuba, mas se o fizermos entre nós penso que facilitará muito nosso trabalho.

Gostaria somente de tomar um minuto mais, Presidente, para citar algumas das frases que estão no Projeto de Resolução sobre Serviços que foram discutidos, inclusive no Grupo de Alternos, com a presença da Bolívia e da Venezuela. O primeiro artigo do Projeto de Resolução, que foi aprovado por todos, com a reserva da Venezuela para esta ocasião, para o Conselho de Ministros, diz “Manifestar o entendimento que a construção do Espaço de Livre Comércio deve considerar a adoção de esquemas flexíveis”, segundo artigo “assinalar a importância de que os países-membros trabalhem na definição de modalidades de negociação com vistas a avançar de maneira flexível”, terceiro artigo, que é importante, “em atenção à posição nacional de alguns países-membros, poderá participar deste processo sobre o tratamento regional do comércio de serviços, em uma primeira etapa, sob o formato de cooperação”, ou seja, em uma primeira etapa, para aqueles países que quiserem, por suas políticas nacionais, o tratamento da área de serviços será limitado na ALADI para eles sob a cooperação.

Não posso entender que haja alguém aqui entre nós, países latino-americanos, que se recuse a falar de cooperação em termos de serviços, disse isto várias vezes aqui, em cooperação podemos falar, estamos aqui para isso, para trabalhar em cooperação, o que está dito aqui é vamos trabalhar, em uma primeira etapa, em termos de cooperação para aqueles países que necessitarem, que tiverem sensibilidade em falar de negociação, vamos cooperar em termos de serviços. Para o Embaixador da Venezuela, a dimensão social é parte de nossa realidade, mas serviços também é parte de nossa realidade, como disse o Embaixador do México, não há como fugir da parte de serviços.

Último ponto, nós, Brasil, propusemos na reunião de Alternos um parágrafo, posso fornecer de novo este parágrafo que diz o seguinte, e poder-se-ia incluir no projeto de Resolução “no processo de incorporação mencionado no artigo anterior, -ou seja, de

incorporação de serviços-, cada país determinará os compromissos que está disposto a assumir em matéria de serviços, nada no mencionado processo limitará a capacidade de os Estados adotarem ou manterem as medidas que, conforme a sua legislação nacional, sejam consideradas necessárias em setores de serviços de interesse público ou de interesse econômico geral, inclusive no que diz respeito à criação ou à preservação de empresas públicas ou monopólios estatais na prestação de determinados serviços”.

Ou seja, não há como se proteger melhor e criar um escudo, inclusive entre nós. Sabe-se que no mundo hoje há práticas distorcidas e perversas em matéria de serviços, e é uma maneira de criar um marco normativo nosso, entre nós, que nos proteja dessas práticas; esse é o objetivo, não é aumentar o comércio de serviços, é regular o comércio de serviços de acordo com nossos interesses e obedecendo, -como disse Cuba- ritmos diferenciados e flexibilidade dada pela ALADI, pelo Tratado de Montevideu, em todo nosso trabalho para a integração. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado. A Representação do México tem a palavra, e depois a Representação de Cuba.

Representação do MÉXICO (Cassio Luiselli Fernández). Obrigada, Presidente. Uma reiteração breve e alguns comentários. A reiteração é a súplica à Secretaria-Geral sobre as três perguntas feitas que emanam do que o senhor, Presidente, assinalou como metodologia. Reitero porque creio que a pergunta de fundo é ver que tanto ou como se compadece com a flexibilidade e os ritmos diferenciados. Penso que aí está a chave do tema, é como se pudéssemos ver se é possível jogar tênis em uma cancha de futebol, mas se for possível, perfeito.

O segundo comentário tem a ver com o que dizia o meu colega da Venezuela. Causou-me muito contentamento, porque não é usual, uma carta de Convocatória de uma reunião em Zacatecas - uma belíssima cidade colonial no velho norte mexicano, assinada por Amorim e Espinosa, pela Chanceler mexicana e pelo Chanceler brasileiro. Será uma reunião em Zacatecas, onde o Grupo do Rio e o país convocador à Cúpula de Integração Latino-Americana, em Salvador, Bahia, convidam os nossos países para discutir muitos destes temas que estamos vendo nesta Mesa, e fico muito satisfeito, reitero, em ver uma convocatória mexicano-brasileira porque não são comuns, e Oxalá passem a sê-lo, no bom sentido de que a família latino-americana, de Tijuana até abaixo, trabalhe junta nos problemas globais perante os enormes desafios globais.

Então, que bom que nosso Secretário vai a Zacatecas, além do fato de que essa cidade colonial vai fasciná-lo, é importantíssima a sua presença porque serão discutidos estes temas com nossos Presidentes, e vamos estar todos, toda a grande família latino-americana estará lá, e depois nos veremos em Salvador, Bahia, 16 e 17 de dezembro, em uma Cúpula de Presidentes. Oxalá nós estejamos à altura desse desafio, porque do contrário será um pouco penoso que, por cima, nossos Presidentes ou Ministros avancem nessas preparatórias, e aqui não possamos avançar. Esse é o primeiro comentário.

O segundo comentário tem a ver com o tema, que não foi discutido aqui, somente assinalar que o Presidente do México, na Cúpula Ibero-Americana em El Salvador, indicou que a crise financeira global requer mais integração e mais integração latino-americana. Vale para nós, em família, começar a trabalhar e a estar mais perto, porque as reacomodações financeiras têm, no fundo, a ver com reacomodações do poder global, muito importantes e muito sérias, e sabemos bem a que estamos aludindo.

O terceiro é uma espécie de provocação em família. A antiga organização da Unidade Africana passou à União Africana, e é um pouco o que o Presidente Correa considerou ao Presidente Calderón no México: façamos uma União Latino-Americana, e agora essa União Africana tem dentes e sanciona os países que não cumprirem com certas normas e certas regras que os próprios africanos dão a si mesmos. A África está avançando, a África tem bons anos econômicos também, esquecemos, mas vejamos o que os irmãos africanos fazem. Ontem fiquei sabendo, esqueci, ia compartilhar com os senhores, que três organismos de integração africanos, não vou atormentá-los com as siglas, mas as tenho aqui, sobretudo do sul e do leste da África e do centro da África, não de ECOWAS*, ainda do ocidente, decidiram integrar-se plenamente. É como se aqui três de nossas siglas dizem “basta de siglas, façamos uma só integração que leve à integração a África, bem-vinda África, que bom, África!” Também me alegra que um homem cujo pai era da Quênia governe os Estados Unidos e que bom, América Latina, ver como estão trabalhando outros irmãos na África, com muita generosidade e visão. Oxalá tenhamos um pouco, nestas reuniões de Zacatecas e de Salvador, desse mesmo ânimo das outras regiões para avançar em integração.

Concluo, reiterando as perguntas sobre a metodologia, porque do contrário vamos continuar obstaculizados nesta nossa cancha, que é a ALADI. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado. A Representação de Cuba, por favor.

Representação de CUBA (Marielena Ruiz Capote). Obrigada, Presidente. Somente apontar nossa visão a respeito da flexibilidade e dos ritmos diferenciados. Pensamos também que todos os países não têm que participar de todos os temas, porque inclusive aqui em temas sensíveis nos quais países, Representações, manifestaram reservas consideraram também que não obstaculizam o avanço, ou seja, não implica que tenhamos que somar-nos a tudo. Vemos nos ritmos diferenciados a possibilidade de alguns países não se incorporarem a determinados temas. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado, Cuba. A Representação da Bolívia tem a palavra.

Representação da BOLÍVIA (Carlos Suárez Cornejo). Obrigado, Presidente. Somente destacar o manifestado pela Representação de Cuba, que não podemos permitir que este Foro pare, nós temos compromisso de avançar em muitos temas, e é o que queremos, avançar em integração, avançar nos temas que os demais países possam avançar.

Algo que eu buscava nas Atas, em nenhum momento nós manifestamos que não reconhecemos os acordos anteriores. Manifestamos agora que temos sensibilidades, não estamos pondo nenhum tema debaixo do tapete, não estamos guardando nenhum tema, expressamos qual é nossa realidade atual e é que não podemos ter compromissos em certos temas, e nesses temas esperamos que os interesses de outros não se interponham a que nossos países saiam da pobreza e, como manifestado por alguma Representação, não vamos travar, em nenhum momento, o avanço dos mesmos, mas também não esperamos que esses temas de interesse para alguns países se interponham a que não possamos sair de nossa pobreza. Na Bolívia, temos a sensibilidade que manifestamos, e essa sensibilidade é a que nós temos que desenvolver para sair de nossa pobreza, e para isso pedimos que não nos coloquem em certas discussões. Obrigado.

* Economic Community Of West African States (ECOWAS)

PRESIDENTE. Obrigado, Bolívia. Não sei se alguma outra Representação quer fazer uso da palavra.

Sendo assim, eu, como Presidente, quero transmitir à Representação da Bolívia o seguinte: não estamos falando do tema serviços agora, Bolívia, mas sim quero assinalar, com absoluta franqueza, como devemos falar neste âmbito, e lhe garanto que estou transmitindo não um ponto de vista pessoal da Presidência, e sim a preocupação de uma série de Representações, porque mesmo entendendo a metodologia de dar a maior importância à questão com a metodologia que os senhores estão implementando, na realidade dificulta o funcionamento normal da ALADI, porque a ALADI tem um esquema de Representações Permanentes, ou seja, permanentemente residem em Montevideú.

E mais, quero assinalar que, de acordo às questões regulamentares estabelecidas, a Presidência que estou exercendo finaliza em final de dezembro e que, depois disso, por ordem alfabética, corresponde a Presidência à Bolívia, de tal maneira que asseguro que há uma grave preocupação de como será o funcionamento normal de tudo isto a partir desse especial interesse que o Governo da Bolívia pôs na ALADI através de Representação desta natureza.

A verdade é que não podemos submeter a ALADI a reuniões a cada quinze ou vinte dias, não podemos submeter as reuniões de Grupos de Trabalho pendentes de que chegue alguém ou não chegue. E mais, no dia de hoje pensávamos em tratar uma modificação do Regulamento dos Grupos de Trabalho, para que não seja necessário esperar para ter oito membros para funcionar. Por que estou lhe transmitindo tudo isto? Faço-o com absoluto respeito, que fique claro, mas tenho a obrigação de transmitir-lhe que a modalidade de funcionamento que a Bolívia adotou nos últimos tempos causa preocupação, porque dificulta as operações do cotidiano.

De tal maneira que agradeceríamos muito se a Bolívia pudesse orientar-nos em um futuro como pensa que vai continuar esta tarefa, não necessariamente no dia de hoje, mas sim para que em alguma outra sessão do Comitê nos digam como os senhores estão visualizando o tema de trabalho. Garanto que o que estou lhe transmitindo é uma preocupação de muitas Representações que falaram com esta Presidência pedindo que esta consideração fosse feita para a Bolívia, e é o que estou fazendo com todo o respeito, com toda cordialidade. Peço é que a Bolívia entenda isto como o fato de que esta Instituição necessita da presença da Bolívia. Não estamos questionando nada da Bolívia, mas sim estamos assinalando que é necessário que esteja presente para seguir impulsionando tudo isto. Acreditamos que este é o organismo adequado para que se dêem os debates que devem ser feitos na região, não há uma só visão dos problemas da região, há diferentes visões; bem, o útil, o conveniente é que essas diferentes visões sejam expostas aqui com franqueza, estamos falando quase em família, e que dessas diferentes visões consigamos encontrar o caminho que nos permita avançar com consenso, em tudo o que for possível.

Aqui se fez referência muitas vezes à sabedoria do Tratado de 80. A sabedoria do Tratado de 80 consistiu em abarcar as experiências tidas durante a ALALC e corrigir as deficiências que havia tido quando se pretendia que todos avançassem no mesmo ritmo, ao mesmo tempo, com as mesmas matérias, etc., então o Tratado de 80 precisamente prevê a possibilidade de buscar mecanismos de convergência parciais, de avanços, etc. Por que esse mecanismo foi criado? Porque queríamos que todos estivéssemos reunidos para fazer as conversações, os debates, para integrar nossas diferentes visões, integrar significa não impor um ponto de vista, mas sim integrar as diferentes visões. Isso é o que temos que fazer.

Então, pedimos à Bolívia, com todo o respeito, reconhecendo o absoluto direito que tem de conduzir seus assuntos domésticos e sua política exterior como considerar mais conveniente, mas assinalando que a modalidade de trabalho adotada em relação à ALADI, apesar de que indique o superlativo interesse que o Governo boliviano está pondo neste âmbito, a realidade é que dificulta muito o mecanismo de trabalho, por isso lhe pedimos, insisto com todo respeito, a possibilidade de voltar, de alguma forma, a algum esquema de Representação Permanente, o que não significa que não possa, às vezes que o considerar oportuno, qualquer autoridade expor qualquer ponto de vista.

A Representação da Bolívia quer fazer uso da palavra.

Representação da BOLÍVIA (Carlos Suárez Cornejo). Obrigado, Presidente. Nós vamos explicar mais adiante como pensamos que será a Presidência da Bolívia neste Foro.

Somente um ponto mais, e é uma preocupação que tenha sido tirado da agenda o ponto da modificação de quorum, somente expressar que nós acreditamos que enquanto mais consenso houver, mais vontade dos países para avançar. Obrigado.

PRESIDENTE. Ofereço a palavra à Representação do Equador.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Rapidamente, a conclusão à qual cheguei é que para mim não estão em jogo os princípios do Tratado de Montevideu, parece que foram elaborados muito sabiamente, mas sim notei que há um divórcio entre os fins, os princípios, a filosofia e os meios, há uma incoerência, os instrumentos, o que se fala metodologia aqui não está para fazê-la realidade, e penso que esse é a meta que temos.

Algumas vezes manifestei que a forma em que se trabalhou nega o outro porque se converte em uma ditadura, a forma faz com que qualquer dos doze países possa bloquear, e então aí os princípios não são respeitados. Penso que o esforço principal metodológico, prático, é que tenha uma coerência que não existe. Lamentavelmente já passaram quase 30 anos e para mim foi o motivo que impediu que esta Instituição tenha avançado muito mais rápido. Agora já temos consciência, os bloqueios não estão nos princípios, então é urgente tratar este tema, não temos como minimizá-lo. Coincidiu com o manifestado pelo Representante do Uruguai, não é que vamos minimizar falando de metodologia e não do fundo, mas penso que o problema não está no fundo, e sim nas ferramentas. As ferramentas que impedem que as idéias de flexibilidade e dos ritmos sejam manifestadas nos documentos, e isso é o que não aconteceu, e é o que faz com que países como a Bolívia, a Venezuela e em algum momento o Equador, no futuro. Se continuássemos com o mesmo método, poderíamos estar em desacordo com os textos como saírem. Penso que é crucial este problema que tomamos hoje, deve haver essa coerência que vejo que não existiu. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Equador. Não havendo inconveniente, daríamos por encerrado este ponto da ordem do dia, e aqui há dois temas pendentes. Um deles eu gostaria de tratar, que o Secretário retirou ou propôs retirar, que é a Apresentação de um Programa Especial para Fortalecer a Integração frente à Crise Financeira, acho que se o Secretário-Geral estivesse em condições de fazê-lo, seria útil que escutássemos suas idéias, sobretudo porque estamos vivendo um momento em que necessitamos idéias, francamente, assim que não havendo oposição de nenhuma Representação, pediria ao Secretário-Geral que avançasse no ponto 5 da Ordem do Dia. Obrigado.

5. Apresentação do Secretário-Geral de um Programa Especial para Fortalecer a Integração frente à Crise Financeira Internacional.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidente. Gostaria de iniciar com um esclarecimento aos Embaixadores que não estavam presentes no momento em que solicitei a retirada deste tema, cuja inclusão na Ordem do Dia fora solicitada por mim no dia de ontem.

Como os senhores sabem, eu estive ausente, não precisamente de forma voluntária, mas sim por motivos de saúde, mas todo este tempo estive seguindo muito de próximo o processo da crise financeira que estamos vivendo, pensando em que podíamos fazer, e estivemos trabalhando com funcionários da Secretaria-Geral nesse aspecto. Mas, sabendo que alguém se surpreendeu que na última hora fosse apresentado um tema quando a Ordem do Dia havia sido distribuída com antecedência -na semana passada-, então pedi ao Presidente que fosse retirada, mas não havendo objeção - e um pedido para tratar o tema-, não tenho nenhum problema em fazê-lo, pelo contrário, penso que é algo que pode beneficiar nossa Instituição.

A Secretaria pensa que, neste momento de crise, que não podemos negar que existe, e não estamos falando da crise da ALADI, mas da crise financeira mundial, estamos vendo que a mesma está afetando muito, muito fortemente nossos países. Não é necessário que nos traslademos a cada um dos nossos, basta que vejamos o que neste país está acontecendo com a retração das exportações tradicionais de carne, por exemplo, coisas que estão acontecendo em outros mercados, e por sua vez vimos a resposta dada por alguns, as propostas, como no caso citado pelo Embaixador do México de seu próprio Presidente, falar de maior integração regional, o MERCOSUL fez a mesma coisa, e penso que muitos outros organismos estão se pronunciando sobre o tema no mesmo sentido.

Então, nós queremos apresentar, estamos em condições de passar um *paper* aos senhores Embaixadores, ao Comitê, para que considerem que dentro dos mecanismos atuais, a ALADI tem possibilidades de ter uma ação positiva para mitigar, de alguma maneira, os efeitos tão negativos que esta crise está produzindo. Esses pontos, que acreditamos que devam ser fortalecidos, resgatados neste momento, dentro de nosso âmbito, são seis que, repito, vamos pôr à consideração dos senhores para depois debatê-los.

Primeiro é ampliar e consolidar o mercado regional mediante ações que possibilitem o fortalecimento e incremento das relações comerciais intra-regionais. O segundo é trabalhar em facilitar o comércio inter-regional. O terceiro, promover a articulação produtiva e a complementação econômica entre os países da ALADI a fim de aprofundar o processo de integração, a revalorização do mercado ampliado, como sustento para o desenvolvimento produtivo da região, a incorporação de conhecimento e valor agregado a suas matérias-primas. O quarto, intensificar o uso do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos para reduzir o uso das divisas nas operações comerciais. O quinto, promover a cooperação econômica entre os países da ALADI para ampliar o mercado intra-regional, o desenvolvimento produtivo, bem como proteger a população dos efeitos da crise. E o sexto, realizar o seguimento do impacto da crise nos acordos assinados na ALADI, para facilitar aos países-membros a adoção das corretivas necessárias no campo do comércio intra-regional.

Não gostaria de concluir esta enumeração sem assinalar que as circunstâncias nos obrigam, nos motivam, a alcançar um maior entendimento e compromisso político que converta a integração em uma ferramenta efetiva para enfrentar esta crise e avançar no desenvolvimento econômico e social dos países, o que aqui hoje escutei em mais de uma oportunidade é: o que a ALADI está fazendo perante a crise?

Senhores, está em suas mãos, nas mãos do Comitê, encaminhar algum tipo de decisão que nos permita fazê-lo, isto é o que, no âmbito da Secretaria, vemos como compromissos que estão em nosso âmbito, aqui não se trata de nada novo, mas sim de fortalecer e trabalhar sobre os campos nos quais hoje em dia temos compromissos, e nos quais não temos nenhum tipo de dificuldade em aprofundar estas ações, para o que teríamos que estabelecer, desde logo, um plano de trabalho, ver se isto requer que nossos próprios Grupos de Trabalho, que funcionam e que devem funcionar normalmente, se responsabilizem, se o Comitê o faz, se é necessário convidar, no sentido de convocar à ALADI técnicos de nossos países para que venham fortalecer nossa Instituição e encontrar os elementos para enfrentar a crise. Nada mais que isso, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Secretário. O México está solicitando a palavra. Primeiro, quero agradecer ao Secretário o esforço e a iniciativa. Obviamente o documento será circulado para que seja analisado e ver que contribuições podemos realizar.

Cedo a palavra ao México, depois à Colômbia.

Representação do MÉXICO (Cassio Luiselli Fernández). O Presidente disse um pouco o que ia dizer, mas lendo-o brevemente, não o conhecia. Parece-me muito interessante, muito rico, que tem substância e que justamente é matéria, Embaixador Saguier, do que será visto em Zacatecas. Será interessante submeter estas idéias que, somente em vê-las, parecem interessantes ao diálogo; e a polêmica em Zacatecas, onde estará também a CEPAL e o SELA, e os países. Então, felicito a Secretaria-Geral por isto, creio que são justamente as coisas que necessitamos, insumos para discutir, para avançar, para mover-nos, não posso opinar sobre algo que apenas vi de relance, mas, pelo que vi penso que me anima a uma boa discussão. Parabenizo-o. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, México. Colômbia, depois Chile e Venezuela.

Representação da COLÔMBIA (Claudia Turbay Quintero). Obrigada, Presidente. Quero felicitar a Secretaria-Geral por esta proposta que apresenta ao Comitê de Representantes, e ao senhor, por ter tido a vontade de reciclar o tema nesta Sessão particular porque é justamente esta proposta um exemplo do estilo de temas, da forma de convocar-nos a pensar positivamente.

Esta é uma proposta que abarca com clareza e com amplitude as capacidades da ALADI e que nos convoca a buscar ações concretas para que possam ser impulsionadas e realizadas. Vejo-o como programa para muitos cenários e momentos distintos, penso também que é um temário para a própria Conferência de Avaliação e Convergência, vejo-o como um temário para ir canalizando e ir vendo sob estes prismas nossas próprias ações dentro deste propósito imediato que temos de ser capazes de chegar às Resoluções. Penso ser um marco verdadeiramente valioso e importante, e a Colômbia oferece toda a cooperação para avançar neste programa. Muito obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado, Colômbia. O Chile, por favor.

Representação do CHILE (Camilo Marcelo Navarro Ceardi). Obrigado, senhor Presidente. Felicitando a iniciativa da Secretaria, também em alguns Grupos de Trabalho este tema vinha sendo discutido. Da crise, é óbvio, temos dois canais de contágio: um, é o comércio real que está nos afetando pela diminuição tanto de preços e de volumes do que hoje em dia vendemos aos países desenvolvidos e também entre nós, e dois, o canal financeiro, que, obviamente, ao fazer números simples, ou seja, hoje em dia, com estes bancos de investimento que desaparecem, que moviam 30 a 1, e agora passam a ser

bancos comerciais que movem 10 a 1 em média, realmente o crédito no mundo se reduz drasticamente.

Mas nós vemos – também em um rápido olhar deste documento-, e isso já foi antecipado ao Secretário, o que deve ser posto atrás disto é um plano de ação concreto e, nessa linha, gostaria talvez de expressar em voz alta algumas reflexões que havíamos tido internamente em nossa Representação, e que talvez, em algum Grupo de Trabalho, já o tivéssemos manifestado, e é que no dia de hoje a ALADI tem instrumental para identificar onde pode nos dar mais este “desvio de comércio”. Hoje em dia as quedas que estão sendo produzidas em nossos países no comércio, essencialmente com os países desenvolvidos, e que espaço há onde esses produtos possam ser colocados entre nós, a ferramenta para essa identificação a ALADI tem hoje. No outro dia nos apresentaram um sistema, e sobre essa base, identificando sobre quais setores isso pode ser mais mitigado, convocar para rodadas de negócios, trazer os empresários de nossos países, sejam empresas do Estado, que os países comerciem, organizar agendas, podemos tomar iniciativas.

Em geral, nossos países têm agências de promoção das exportações. No contexto dos que estão aqui presentes, somente o Brasil tem uma iniciativa no outro sentido, tem já validado em sua política exterior um programa de substituição competitiva de importações, vale dizer, um diretório que identifica os compradores de todos os bens e que foi distribuído, promovido, os trabalhos foram sendo potencializados a nível bilateral via Brasil, mas na ALADI podemos tomar isto e fazê-lo, em curto prazo seria um instrumental que ninguém tem, e é uma vantagem comparativa que a ALADI tem hoje em dia em relação a qualquer organismo, que por exemplo não vai chegar a ser feito pelo SELA. É possível fazer em muito breve prazo, talvez tenhamos que fazer justamente as consultas porque nossas agências de promoção têm que acompanhar a vinda destes empresários, tanto dos produtores ou exportadores como dos importadores. Isto somente tentando contribuir com algo nesta linha para a concretização que esta Delegação queria dar. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Chile. A Representação da Venezuela tem a palavra.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Obrigado, Presidente. Queria somar-me às opiniões emitidas sobre esta iniciativa da Secretaria-Geral. Como entendo que o documento será lido e logo depois analisado e discutido, eu simplesmente gostaria de dizer brevemente algumas coisas, e depois fazer uma pergunta.

Penso que o documento está elaborado, ao menos em uma vista rápida, fundamentalmente ao primeiro tema apresentado pelo Representante do Chile, sobre o impacto da crise, desta crise que não sei se é somente financeira, em todo caso a crise que poderíamos dizer que tem seu epicentro no financeiro, o impacto sobre as exportações de nossa região.

Isso é importante, temos que abordá-lo, está ali nos diferentes pontos apresentados; mas há um tema, que também foi mencionado pelo Representante do Chile, que tem a ver com os problemas de financiamento que serão gerados a propósito desta situação de crise, para nós generalizada, e frente a esta crise de financiamento quais são as respostas que a ALADI poderia dar, não propor, mas sim estimular, incentivar, para que possam ser desenvolvidos em nossa região. Por exemplo, há um projeto que está em desenvolvimento que é o Banco do Sul, mas esse é um, teria que ver se poderíamos discutir outras iniciativas.

Queria também manifestar que, no caso da Venezuela concretamente, e dou esta cifra brevemente, depois quando fizermos a discussão poderemos ver mais profundamente o tema e o que apresenta o documento, no ano passado nós tivemos, mais ou menos, por exportações ou algo assim, 65 bilhões de dólares em ingressos, e foram destinados para importações aproximadamente 44 bilhões de dólares, a imensa maioria certamente destinada para o norte. Este ano definimos que grande parte dessas importações deve estar destinada às importações do sul, e bem, não vou mencionar cifras, mas em quase todas as relações bilaterais que temos com a maioria dos países que estão aqui representados, aumentamos as importações, somente para dizer um caso, o Brasil, de algo como 2 bilhões este ano vamos fechar em 6 bilhões de dólares, com o Uruguai aumentamos as importações em matéria de leite, de carne, etc. Mas essa é uma redefinição que estamos fazendo, precisamente dando importância a nossas relações com o sul, acabamos de tomar a decisão de liberar as importações do têxtil boliviano para que possam entrar no território venezuelano com 0 tarifa.

Finalmente, tem a ver com uma pergunta, referente ao Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos, se revisamos que depois poderíamos ver a cifra, a Venezuela é um dos países que mais está utilizando este mecanismo do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos, e aqui vem a pergunta para o Secretário-Geral: entendo que deve ser apresentado um relatório da reunião, da Oficina, da Jornada que houve na Venezuela onde a ALADI foi convidada, estiveram presentes dois representantes da ALADI, convocado pelo Banco Central da Venezuela, e eu estive nesta reunião e tratou-se não somente o referente ao Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos, mas sim à experiência que estão experimentando, -valha a redundância-, o Brasil e a Argentina, em termos do intercâmbio comercial com moedas locais, e houve uma representação do Banco Central de Argentina, então a pergunta é se se contemplava hoje apresentar esse relatório ou posteriormente. Muito obrigado.

SECRETÁRIO-GERAL. Embaixador, ontem distribuimos o Relatório de nossos Delegados, e obviamente podemos tratá-lo em uma próxima reunião, e sobre a profundidade, eles podem vir se assim os Embaixadores desejarem e expor pessoalmente, mas já apresentamos o Relatório.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação da Venezuela e Secretário-Geral. Solicitaram a palavra as Representações do Equador, do Uruguai e da Argentina.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Três pontos quero propor. Junto-me aos parabéns da apresentação do documento, e penso que, com os estudos respectivos, deveríamos aprová-lo na próxima reunião do Comitê, que não seja um trabalho da Secretaria, mas sim que fosse assumido pelo Comitê, com todas as revisões que possa circular o mais possível, não somente interno mas também externamente, apesar de que esteja um pouco longo, mas que seja como um manifesto, uma Declaração ou uma oportuna visão do que se pensa que deve ser feito.

Segundo, coincido totalmente com a apreciação do Representante do Chile, de que tem que descer a questões operacionais, a um programa do que fazer, e coincidindo nos exemplos que postulou, sobre as rodadas de negócios, identificar as áreas que, entre nós, podemos fazer intercâmbios. Penso que essa é uma tarefa urgente, mas tudo o que seja feito, a época já não pede para dar tempo ao tempo, todas as ações têm que ser bastante rápidas, quase instantâneas, usando vários horários de trabalho da Secretaria para estar à altura das circunstâncias.

E terceiro, o outro documento faz falta, para saber onde nós, do sul, estamos; e que não somente os países do primeiro mundo comecem a refletir e tomar medidas para salvar os bancos e para salvar o sistema financeiro mundial, para eles se salvarem e nós colhermos as conseqüências do que eles pensam e executam. Faz falta saber que poder temos, onde estamos, quais são nossos limites, nossos obstáculos, de todo tipo que temos, obstáculos culturais, físicos, restritivos e outros obstáculos para mim mais graves, que são os mentais, que estão em nós mesmos, na estreiteza de nossos paradigmas que nos impedem de resolver os problemas, como vimos aqui na ALADI: estamos aqui, mas de costas, com barreiras invisíveis, com soldados dentro, estamos aqui, como diria Edgar Morin, com “pensamiento tuerto y conocimientos tuertos”, mas achando que temos tudo, então penso que também é necessário ir além para nos colocarmos na época, e não somente ter uma atitude reativa frente a um problema que não existia há dois meses, e se toma uma medida urgente, conjuntural, temos que ir além da conjuntura e estar à altura da nova era, da nova época, para não continuar sendo exportadores de matéria-prima e colonizados por outros. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. A Representação do Uruguai tem a palavra.

Representação do URUGUAI (Gonzalo Rodríguez Gigena). Obrigado, Presidente. Queria somar-me às vozes que destacaram o atinado desta apresentação, mas de um ponto de vista talvez um pouco diferente. É muito freqüente neste momento considerar os efeitos da crise e fazer seminários e reuniões sobre as perspectivas da crise e o impacto sobre os países. Diferentes organismos internacionais, diferentes reuniões internacionais começaram e certamente continuarão, como algumas das que foram mencionadas aqui, considerando este tema.

Então, neste sentido, parece-me muito atinado o âmbito que especificamente é apresentado nestes seis pontos de reflexão sugeridos no documento apresentado pela Secretaria. Parece-me que é buscar uma forma de começar a pensar em como responder à crise do ponto de vista da integração, isto é, é um documento que, pelo rápido que vi, refere-se muito especificamente ao âmbito do que compete à ALADI, então, parece-me muito importante destacar o atinado viés que tem o documento, e não em perder-se em algo muito geral que deve se encarado em outros níveis e em outros âmbitos no momento atual. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Uruguai. A Argentina, depois o México.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi) Obrigado, Presidente, nossa Representação também quer agradecer a apresentação deste documento, o esforço realizado pelo Secretário-Geral em sua elaboração. Acreditamos que apresente uma série de áreas de trabalho, como disse o Secretário-Geral, dentro dos mecanismos que a Associação já tem, onde efetivamente podemos desenvolver ações para enfrentar a conjuntura adversa que nos é apresentada e também serve para manifestar que a ALADI vale no estado em que se encontra hoje, com recursos, acordos, que podem servir para reagir rapidamente, para fortalecer, como diz o título, a integração, e posicionar-nos melhor frente a esta crise que vivemos. Nesse sentido, vamos analisar o documento, e nos comprometemos desde já a trabalhá-lo para ter ações concretas que possam ser instrumentadas quanto antes nas distintas áreas que o mesmo apresenta.

Por outro lado, também quero assinalar certa inquietude de que, ao estar vivendo uma conjuntura difícil, o conjuntural nos faça esquecer o estrutural, ou nos faça colocá-lo em um segundo plano e cessar ou diminuir a intensidade de nossos esforços para trabalhar no que realmente importa, que é o aprofundamento da integração na ALADI. Isto é, abordar os

aspectos estruturais que necessitamos aperfeiçoar para assim estar em uma posição de maior solidez permanente no contexto internacional em que vivemos, e que esta integração redunde em benefícios concretos cada vez maiores para nossas populações.

Por isso, penso ser importante que todos nos comprometamos a continuar trabalhando no aprofundamento da integração, à margem de atender esta necessidade conjuntural de um programa frente à crise, e para isso nós acreditamos que o programa apresentado oportunamente na Resolução 59 (XIII) é um caminho relevante, que, com os ajustes que possamos introduzir ou com as flexibilidades e as necessidades pontuais, particulares dos membros, deve continuar sendo trabalhado neste âmbito. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado. Ofereço a palavra à Representação do México.

Representação do MEXICO (Cassio Luiselli Fernández). Bem, peço desculpas porque cometerei o pecado que sempre reprovoo, e serei um pouco reiterativo, mas quero enfatizar meu completo acordo com o que foi dito pelo Embaixador Rodríguez Gigena: a grande virtude disto é que é concreto, pontual, dentro do âmbito real da ALADI, estivemos em seminários, perfeitamente equivocados que viam que havia uma blindagem absoluta e que não ia acontecer nada na América do Sul ou na América Latina pela crise, e vimos como tivemos que começar a ver nossos Bancos Centrais ficarem nervosos e tentarem resgatar as moedas, e como a crise empurra por diferentes lados e golpeia por diferentes lados. De fato, não acredito que Paul Krugman saiba dos contornos desta crise, ainda estamos talvez vendo o final do princípio da mesma, e que bom que este documento não pretendeu interpretar, entender toda a crise, mas sim proteger-nos com o que temos e com o que somos. Penso que é a grande virtude deste documento, que é possível, factível, dentro do nosso mandato, dentro do que sabemos fazer e podemos fazer, então levemos isso em conta porque creio que essa é a grande qualidade desse documento. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Representação do México. A Representação de Cuba.

Representação de CUBA (Marielena Ruiz Capote). Obrigada, Presidente. Uno-me ao reconhecimento à Secretaria por este documento que nos foi apresentado, mas quero resgatar a idéia da Representação da Argentina porque, realmente, não o analisamos, mas vendo alguns dos temas, ele reproduz alguns dos debates que temos hoje na ALADI.

Parece-me ser um documento válido que teria que continuar sendo trabalhado, aprofundando-o, neste âmbito ou onde decidirmos, mas não me parece adequado que o documento seja adotado como uma Resolução do Comitê, é algo que necessita análise. Eu acredito que todos coincidimos aos mais altos níveis de direção de nossos países que se responde à crise com maior integração. Penso que coincidimos todos nisso, e realmente, no trabalho que estamos dentro da ALADI, em todo o processo no qual estamos atualmente, precisamente é aprofundar a integração, ou seja, que a meta que temos todos em primeira instância é avançar nos trabalhos que estamos desenvolvendo hoje. Parece-me muito válido o documento, mas é algo no qual temos que trabalhar, analisar com mais profundidade, no âmbito que considerarmos conveniente. Obrigada.

PRESIDENTE. Muito obrigado. A Delegação do Brasil tem a palavra.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Obrigado, Presidente. Logicamente não pudemos ler o documento em sua totalidade, mas em uma leitura transversal penso que é exatamente muito do que os Embaixadores disseram, está na direção do que estamos fazendo, ou seja, se levarmos em conta os Projetos de Resolução, todos os

projetos que apresentamos no último Conselho e sobre os quais estamos trabalhando agora, este documento está na mesma direção, ou seja, na direção da integração.

Um ponto, somente, que queria ressaltar, li somente o título, não li todo, é na parte do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos. Penso que esse é um ponto importante, sobretudo porque em uma reunião da UNASUL, há três ou quatro semanas, em Buenos Aires, no Grupo de Integração Financeira, o Subsecretário Oscar Quina faz uma apresentação sobre o Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos, e isso constou na Ata Final da reunião sobre o interesse que todos os representantes, ou muitos dos países aqui, têm na ativação ou reativação do Convênio. Como disse o Embaixador da Venezuela, a Venezuela é quem mais o utiliza hoje em dia, e foi muito utilizado nos anos 80, e como diz na primeira frase do documento, nada mais natural que o utilizemos mais, em um momento em que, com a crise financeira, há falta de liquidez no mercado financeiro internacional.

Esse é um ponto que penso que, Presidente, e com a gentileza do Secretário-Geral, talvez pudéssemos tentar ver, claro que é um ponto, um tema que depende muito mais dos Bancos Centrais do que das Chancelarias, mas talvez pudéssemos tentar explorar alguma maneira de avançar e de reativar ou de usar muito melhor esse instrumento, que é um instrumento importante em um momento de crise. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. A Representação do Paraguai tem a palavra.

Representação do PARAGUAI (Emilio Giménez Franco). Obrigado, Presidente. Para somar-nos às expressões de reconhecimento a esta iniciativa do Secretário-Geral, e em segundo lugar, minha Representação deseja apoiar as expressões do Representante do Uruguai. Penso que este documento está nos indicando por onde esta Associação pode responder à crise em que está o mundo, e que tem instrumentos para isso.

Deveríamos trabalhar agora sobre este documento, em paralelo com os outros temas, não acredito que tenhamos que deixar de lado nossos temas neste Comitê, mas sim urge que trabalhemos sobre esta iniciativa do senhor Secretário-Geral para o qual minha Representação colocará todo seu esforço e seu empenho, senhor Presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Representação do Paraguai. Não havendo outra Representação que queira fazer uso da palavra, o Secretário-Geral está pedindo a palavra.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidente. Eu gostaria de agradecer a resposta que recebemos ao documento que apresentamos e manifestar-lhes, desde logo, que, como disse o Embaixador do Brasil, a Embaixadora de Cuba, Argentina, uma proposta nossa não poderia ser contrária ao que estamos fazendo e o âmbito no qual estamos trabalhando, então a Secretaria está totalmente à disposição, Presidente, para aprofundar esse documento, trabalhar, e como diz o Embaixador do Equador, no horário que for necessário, pois para isto estamos aqui: trabalhar.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Não havendo outras Representações que queiram fazer uso da palavra, daríamos por concluído o ponto 5 da Ordem do Dia, que modificamos e voltamos a modificar, que é a apresentação do Secretário-Geral.

Antes de entrar no ponto 6, viemos vendo-o no transcrito desta sessão sem ordem, mas avançamos conceitos, e antes de passar ao ponto 7, que alguma Representação pediu para postergar o tema, mas nada impede que haja considerações de caráter geral. Como Presidente do Comitê, quero tomar um tema várias vezes mencionado em todas as

últimas sessões sobre os trabalhos que o SELA está fazendo, e eu quero dar minha opinião, se é bom que os discípulos superem inclusive os professores, em primeiro lugar. Em segundo lugar, esta agenda foi marcada por nós faz cinco anos, e em terceiro lugar, a ALADI tem mecanismos de adoção de Resoluções que significam um monte de compromissos para os Governos de ações concretas.

Digo isto porque vejo em algumas Representações uma preocupação por esse tema, e, na verdade, não deveríamos tê-la, porque tenho certeza de que a ALADI segue sendo o mecanismo de integração por excelência da região e que vai seguir a agenda, não somente nos últimos cinco anos, mas também nos próximos cinco também.

7. Regulamento para a criação e o funcionamento dos Grupos de Trabalho do Comitê de Representantes – modificação do quorum – artigo quinto (ALADI/CR/Resolução 262) (ALADI/CR/PR 254).

...Passamos ao seguinte ponto: há um projeto de regulamento modificativo circulado pela Secretaria do artigo quinto, que é a modificação do quorum. Não sei se há alguma Representação que queria apresentar alguns pontos de vista. A Representação do Chile tem a palavra.

Representação do CHILE (Camilo Marcelo Navarro Ceardi). Muito obrigado, senhor Presidente.

Se bem se compartilhe o espírito dela, em vez de falar de números exatos, falar de porcentagens, primeiro, a própria dinâmica o está expressando. Isto é, o Panamá pode ser amanhã parte, podem ser outros países. Hoje, dia 6, é 50%, e amanhã? Em outro sentido, como proposta, indicar talvez um novo parágrafo onde seja dada a possibilidade ao Coordenador de cada Grupo que, transcorridos 20 minutos da hora de citação, possa encerrar a sessão e convocar a reunião para outra oportunidade, porque aconteceram situações onde estivemos 40, 45 minutos esperando para obter quorum e inclusive agradecendo à última Representação que chega para dar quorum. Penso ser um tema de respeito para todos, pelo tempo de todos, talvez apontar para essa linha. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, pediria à Secretaria que tomasse nota das sugestões do Chile. A Representação do México tem a palavra.

Representação do MEXICO (Cassio Luiselli Fernández). Obrigado, senhor Presidente. Sem prejudicar o atinado do que disse meu colega do Chile, nós não gostaríamos de entrar a discutir isto hoje porque há pontos de vista que ainda não revisamos a fundo. Eu escutei opiniões muito válidas em uma direção e em outra, e talvez seja melhor não entrar na matéria e fazê-lo quando estiver mais maduro o tema, todos queremos que sejamos pontuais e cheguemos a tempo. Há muitas formas de vê-lo, de entendê-lo. Obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, México. O Secretário-Geral, depois Venezuela, Bolívia, sabendo que não vamos entrar no tema. A Venezuela primeiro, a Bolívia e, por fim, o Secretário-Geral.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Obrigado, Presidente, como o senhor fez um comentário não queria ir sem dizer algo sobre o que o senhor falou do SELA. Primeiro, queria dizer que há alunos muito versados, e, em segundo lugar, que eu não estou preocupado realmente pelo que o SELA está fazendo, mas sim muito alegre

porque penso que está fazendo coisas importantes, independentemente de que são dois foros distintos, isso está claro.

Sobre o ponto, simplesmente dizer o seguinte, que a filosofia, inclusive a do Panamá, de um foro como este, de um espaço como este, é tentar incluir, e não excluir, isto é, na medida em que o Panamá está apresentando isto, penso que, ao menos até agora nenhuma Representação manifestou uma opinião contrária no sentido de ver em termos positivos a solicitação do Panamá. Simplesmente diria, e faríamos a discussão em seu momento que, e como estamos falando da Secretaria-Geral, se revisasse o Artigo 37 do Tratado de Montevideu, depois a Resolução 1 do Comitê, o Artigo 18, e a Resolução 262 em seu Artigo 5, que é o que se propõe aqui como mudança, tenhamos isso um pouco como referência e depois abordemos a discussão. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Venezuela, pelos dois comentários, o inicial e o temático. A Representação da Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Carlos Suárez Cornejo). Obrigado, Presidente. Somente, de maneira geral, nós acreditamos que neste ponto o maior consenso é a maior necessidade, quanto mais Representações estiverem presentes em uma reunião dos Grupos de Trabalho, penso que o trabalho será mais amplo, terá maior predisposição dos demais Representantes, e creio que deveríamos seguir nesse caminho. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação da Bolívia. O tema fica na agenda para a próxima semana. O Secretário-Geral gostaria de fazer uso da palavra.

SECRETÁRIO-GERAL. Presidente, quero aproveitar esta oportunidade para recordar uma preocupação que temos na Secretaria há algum tempo, que se refere ao número de Grupos de Trabalho. Em um dado momento, sentamo-nos juntos, Embaixador, eu estava onde hoje está o Embaixador Giménez, e lembro que tínhamos que distribuir a Presidência dos Grupos de Trabalho, e então tinha que haver tantas Presidências quanto Embaixadores, portanto tinha que haver tantos Grupos como Embaixadores, quer dizer que se entra um novo país, teremos mais outro Grupo de Trabalho.

Penso que temos que racionalizar os trabalhos dos Grupos de Trabalho, e valha a redundância. Talvez haja alguns que podem se unificar, quem sabe necessitamos de mais Grupos, não sei, mas é minha opinião, por experiência própria, que estamos um pouquinho com Grupos de Trabalhos demais e quem sabe em algum momento se poderia, talvez nos Alternos, estudar este tema, e trazer-nos alguma proposta, Presidente, nada mais.

PRESIDENTE. Obrigado, Secretário-Geral. Com absoluta franqueza, esta Presidência compartilha este critério, temos que racionalizar ainda mais os Grupos de Trabalho para torná-los mais eficientes, mas como esse tema não havia sido incorporado em nenhum ponto da agenda, peço à Secretaria que ponhamos um ponto na agenda para a próxima sessão do Comitê, com a intenção de que resolvamos outorgar esta responsabilidade a algum Grupo.

Quero assinalar que temos que ser cuidadosos em não continuar sobrecarregando os Alternos, porque lhes damos a tarefa de buscar a solução dos projetos de Resolução, que é tão complicado, damos a tarefa de analisar o documento do Secretário-Geral, damos a tarefa de propor..., ou seja, os Alternos estão cheios de trabalhos, penso que temos que, de alguma maneira, ver de que forma dividimos esta tarefa. A Representação de Cuba quer fazer uso da palavra.

Representação de CUBA (Marielena Ruiz Capote). Dois pontos, porque de sua intervenção me surge uma dúvida. O senhor incorpora à análise o debate sobre a racionalidade dos Grupos de Trabalho? Porque lembro que isso foi uma discussão que tivemos aqui nas primeiras sessões deste ano em razão da conformação dos grupos e sabemos que isso está posposto a partir do Mandato que emanar do Conselho de Ministros e que guiar nossos trabalhos, então eu acho que ficou resolvido naquele momento, ou seja, que estamos pendentes dos mandatos que tivermos para racionalizar os Grupos de Trabalho.

Penso que se examinamos aquelas Atas, essa era a conclusão, ou seja, era a tarefa pendente que tínhamos e, em relação com o que temos neste momento, proponho que seja feito não no Grupo de Alternos, mas sim em um Grupo de Trabalho que temos que é o de Assuntos Institucionais e Jurídicos - já que existe um Grupo para isto que pode analisar este tema do Regulamento, ou seja, a proposta que se avaliar hoje.

PRESIDENTE. Obrigado, Cuba. Sim, lembro perfeitamente e tem razão no sentido de que ficamos na reorganização dos Grupos em função dos mandatos. De todas as maneiras, isso foi resolvido quando se presumia que em julho, agosto, setembro deste ano íamos ter o Conselho de Ministros, e permita-me lembrar-lhe que estamos em novembro e nada disso aconteceu, de forma tal que perfeitamente podemos retomar o tema da discussão dos Grupos de Trabalho, até que consigamos ter a reunião do Conselho de Ministros, a Conferência de Avaliação e Convergência e aí se verá se é necessário analisá-lo novamente ou não, mas no intervalo, para sistematizar nosso trabalho, necessitamos organizar-nos, porque diferentemente do que pensa o Representante da Venezuela, acho que, paralelamente a isto, continuam sendo feitas coisas na ALADI, às vezes não se vêem, mas continuamos fazendo coisas.

Então, continuamos avançando em uma série de campos que não são de menor importância, e acredito que temos que continuar impulsionando os temas que pudermos, onde não for possível chegar-se a um acordo, bem, não pudemos chegar a um acordo ou avançar nisto ou naquilo. Assim, acolho a preocupação, deixamos na agenda o tema e na próxima sessão se resolverá se há vontade política de avançar no tratamento do tema e, nesse caso, em que âmbito, porque eu não ignoro a existência de um Grupo de Trabalho de Assuntos Institucionais presidido pela Representação da Bolívia, mas também não ignoro que a Representação da Bolívia neste momento não está presente permanentemente e que pede que os Grupos de Trabalho se reúnam a cada quinze dias, de forma tal que se lhe damos a Presidência para isto, mandamos ao Comitê, ao Grupo de Trabalho presidido pela Bolívia, temos a certeza de que até fevereiro do ano que vem não vamos ter nenhuma Resolução, não acho que esse seja o espírito da Representação de Cuba.

Não sei se há mais alguém que queira fazer alguma outra contribuição sobre este ponto. Não sendo assim, passamos ao ponto 8. Assuntos diversos.

8. Assuntos diversos.

...O Secretário-Geral, por favor, tem a palavra.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, senhor Presidente. Tenho um tema muito breve, quero referir-me a que na última reunião foi informado que a Representação do Paraguai havia pagado a quota correspondente aos compromissos assumidos e endividados mais juros, um compromisso que meu país assumiu no momento em que foi lançada minha

candidatura. Então agradeço ao Paraguai por ter cumprido com sua palavra, e espero que continue ajudando-nos a seguir adiante.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). E já que estamos falando de dinheiro, e a Representação do Paraguai acaba de fazer uma contribuição significativa, eu queria apresentar isto para que em algum momento o discutamos, já que temos interesse de que seja discutido, bilateralmente eu apresentei a diversos Embaixadores, e quero apresentá-lo aqui para que vejamos quando podemos fazer a discussão.

Eu tive que ir revisando o Relatório de Avaliação dos consultores contratados no período janeiro-julho 2008, ou seja, um semestre, estive somando, isto dá uma quantidade que chega à cifra de 74.000 dólares. Chama minha atenção, poderosamente, esta cifra, e gostaria que em algum momento pudéssemos discutir a figura dos consultores, a qualidade dos consultores, sobretudo a qualidade dos trabalhos dos consultores. Quero dizer-lhes que revisei o relatório apresentado pelo Consultor ou consultores para os PMDERs, vamos fazer uma reunião dos PMDERs, mas tenho sérias observações a esse trabalho, ao menos desses consultores ou desses resultados, sobretudo porque nesses resultados não vejo absolutamente nada novo, criativo, nem nada que contribua ao discutido do Fundo dos PMDERs, e nesse momento o apresentarei na reunião dos PMDERs.

Então, queria apresentar isso porque penso que o Paraguai faz esforços, recentemente vimos Cuba contribuindo com uma quantidade significativa em momentos nos quais estavam passando dois furacões por Cuba que destruíram grande parte de algumas províncias, e assim como fazem outros países, meu país e todos nós fazemos contribuições para a ALADI, e essas contribuições devem ser dirigidas para fins frutíferos e bem importantes. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador, vou dar a palavra à Representação do México, depois farei um comentário.

Representação do MEXICO (Cassio Luiselli Fernández). Somente para manifestar que estou totalmente de acordo com o Embaixador da Venezuela. Penso que, no início desta administração, com muito entusiasmo vimos a necessidade de racionalizar o esforço dos consultores e as contratações, penso que é momento, ainda estamos em um bom momento para começarmos, para melhorar substantivamente isso, não somente por tema de transparência e de poupança de recursos, mas também para realmente ter consultores que valham a pena e que digam as coisas. Somo-me com muito entusiasmo à observação do Embaixador da Venezuela. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, México. O senhor tirou as palavras da minha boca, eu também, como Presidente do Comitê, somo-me com muito entusiasmo, porque acho francamente que há vários anos viemos contratando consultorias, e quando vemos o resultado é de uma enorme pobreza, e na verdade cada um de nossos países, cada um em sua medida, faz enormes esforços para não restar nenhum recurso a um organismo como este, e sei que também está no espírito do Secretário-Geral o mesmo que nós estamos pensando. Tem a palavra o Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidente. Quero agradecer a preocupação apresentada pelo Embaixador da Venezuela, apoiada pelo Embaixador do México e pelo senhor, porque está exatamente dentro da linha de trabalho que nós nos impusemos, se é que tenha havido neste período alguma contratação que não reúna os requisitos, sobretudo

de eficácia e qualidade no trabalho apresentado, estamos a tempo de corrigi-lo, e além disso, temos uma especial preocupação por fazê-lo. Fizemos, com a Comissão de Orçamento, a Embaixadora da Colômbia pode testemunhar, um grande esforço para limpar a pasta de consultorias que estava um pouquinho atrasada, por não dizer de outra maneira, e é nosso desejo continuar nessa linha. Os recursos que recebemos são muito importantes, e também sabemos que cada um dos países faz um esforço especial para cumprir com suas obrigações, e por nossa parte temos que zelar pelo bom uso dos recursos que são destinados. Agradeço ao Embaixador, e estamos em condições de trabalhar sobre esse tema quando lhes parecer mais conveniente.

PRESIDENTE. Agradeço, Secretaria-Geral. Temos apresentado, em Assuntos diversos, um tema que temos consenso, não é pouca coisa, não sei se há algum outro tema que precise ser apresentado por alguma outra Representação. Não sendo assim, resta marcarmos a data do próximo Comitê.

Consulto as Representação, estamos em 5 de novembro. Há duas alternativas: reunir-nos na próxima quarta-feira, 12, complementando o período de 15 dias que havíamos dado para que o Grupo de Alternos possa trabalhar, ou levamos em consideração as propostas originalmente apresentadas pela Bolívia, de reunir-nos na quarta-feira, 19. Com franqueza, penso estarmos em uma etapa na qual devemos acelerar os trabalhos o máximo possível, mesmo com nossas discussões e com nossos debates. Proponho que nos reunamos na próxima quarta-feira, 12.

A Representação da Bolívia está solicitando a palavra.

Representação da BOLÍVIA (Carlos Suárez Cornejo). Obrigado, Presidente. No dia de amanhã há uma reunião de Alternos, então penso que dar-nos somente uma semana para avançar e coordenar com nossas capitais o tema será muito pouco tempo, levando em conta que há reunião de Presidentes de alguns países que conformam este Grupo na semana subsequente, e além disso, não são os representantes, mas sim nossas principais autoridades de comércio. Penso que seria importante reunir-nos no dia 19. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Bolívia. Há uma proposta da Bolívia para que nos reunamos em vez de quarta-feira 12, quarta-feira 19, que submeto à consideração do Comitê. Chile.

Representação do CHILE (Camilo Marcelo Navarro Ceardi). Obrigado, senhor Presidente. Nossa Representação apóia a proposta da Presidência, que a reunião seja realizada no dia 12, como estava previsto anteriormente, e também gostaria de comunicar que para essa data deveria estar resolvido o tema do COD, então seria importante informar, temos isso na pasta, e pela impossibilidade desta Representação de participar da reunião do dia 19, por outros compromissos tomados no Chile e também aqui com a Comissão Administradora do ACE 35.

PRESIDENTE. A Representação do México tem a palavra.

Representação do MÉXICO (Cassio Luiselli Fernández). Nós estamos de acordo com a proposta da Bolívia. Penso que também tem a vantagem que já terá acontecido a reunião de Consulta de Zacatecas, já terá chegado o Secretário-Geral e haverá material novo para discutir. Preferiríamos que fosse na próxima quarta. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Senhores, temos um a um. A Representação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Obrigado, Presidente. Nós estaríamos de acordo com a proposta da Bolívia, sobretudo com o espírito que discutimos de fazer um esforço para que a Bolívia esteja presente, do contrário, na quarta-feira não estaria presente, por isso acreditamos que devemos fazer a reunião dia 19, e também estamos de acordo com o que diz o Embaixador do México e o trabalho que os Alternos têm que fazer, não acredito que o tempo de uma semana seja suficiente. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Venezuela. A Representação de Cuba tem a palavra.

Representação de CUBA (Marielena Ruiz Capote). Apoiamos que a reunião seja realizada na quarta-feira, 19.

PRESIDENTE. O Chile tem a palavra.

Representação do CHILE (Camilo Marcelo Navarro Ceardi). Senhor Presidente, gostaria de reiterar, talvez não tenha sido muito claro, o Comitê necessariamente tem que reunir-se porque tem que aprovar um Projeto de Resolução para adjudicar a licitação. Não sei se me equivoquei, Hugo me corrige, temos os prazos, o Comitê necessariamente tem que reunir-se no dia 12, e no outro, se a Bolívia não pode estar na próxima reunião, o Chile não pode estar no dia 19, então penso que se não vamos nos reunir porque um país não vai estar... Além disso, o que a Bolívia solicitou em seu momento foi que os Grupos fossem marcados com 15 dias de antecedência, entendo que para o solicitado em relação ao Comitê era que não fosse convocado mais de duas vezes ao mês, não tendo, portanto, relação com a antecedência da data da reunião. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Consulto a Secretaria como é o tema do COD, porque se realmente temos que nos pronunciar antes de 12, obviamente, temos que fazer a reunião no dia 12.

SECRETARIA-GERAL (Hugo Luraschi). Bom dia. Bem, nos dias 10 e 11 realiza-se a segunda Reunião Presencial, onde, com os Representantes de cada um dos países acreditados oportunamente, será feito um relatório a respeito das ofertas que neste momento estão sendo analisadas para satisfazer a Licitação Pública Internacional que a Secretaria-Geral convocou. Os senhores sabem, com toda a certeza, que aí há um forte elemento de propriedade intelectual envolvido, no qual deve ser gerada uma imediata instância de resolução, diria que no dia seguinte o mais tardar, pois a Secretaria-Geral pode se ver envolvida em um pleito que não quer estar.

Então, a instância da decisão deveria ser gerada imediatamente depois da instância de análise e como esta é 10 e 11, segunda-feira e terça-feira, que de alguma maneira foi convocada segunda-feira e terça-feira justamente para isso, calculando que a instância de decisão seria quarta-feira seguinte, essa seria mais ou menos a idéia, senhor Presidente. Obrigado.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação da Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Carlos Suárez Cornejo). Somente um esclarecimento, estamos falando de que vão se reunir segunda, terça e quarta, e os Representantes terão que tomar uma decisão no tema de propriedade intelectual, no âmbito da ALADI. É isso que não está ficando claro para mim.

SECRETARIA-GERAL (Hugo Luraschi). Não, a propriedade intelectual a qual mencionamos é a que está envolvida em cada uma das ofertas, aí há um componente muito delicado, no qual nós estamos exaurindo todos os esforços possíveis como Secretaria-Geral para salvuardá-lo, e em relação a isso fiz menção.

PRESIDENTE. Bem, senhores, temos aqui um problema prático: há aqui toda uma seqüência de reuniões vinculada com o COD, conhecida por cada uma das Representações. A Representação do Uruguai talvez me ajude.

Representação do URUGUAI (Gonzalo Rodríguez Gigena). Não, dificilmente, senhor Presidente. Somente gostaria de dizer que nós estamos em uma situação delicada, parece-me que o esclarecimento feito pelo senhor Luraschi, por parte da Secretaria-Geral, compele-nos a que tenhamos que reunir-nos na semana que vem. Por outro lado, a Representação do Uruguai também teria problemas para reunir-se no dia 19, porque estamos na mesma situação com relação à Comissão Administradora do Acordo Nº 35 entre o Chile e o Uruguai.

PRESIDENTE. Obrigado, Equador. Depois a Bolívia novamente.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). É um típico exemplo que como as decisões mudaram por novas informações. Eu concordava com a posição de que passasse para o 19, mas com esta nova informação - que nem a Venezuela nem Cuba tinham - isso obriga a repensar, se é uma questão de vida ou morte reunir-nos no dia 12, temos que reunir-nos para este tema especificamente, se é que essa reunião não pode mais ser postergada, que tem que ser depois de 24 horas do 11, então temos que nos reunir, mas se não for de vida ou morte a reunião em 24 horas, então devemos seguir ao 19. Quero perguntar isso, que alguém me informe se necessariamente tratado isto no 11, o Comitê tem obrigação de reunir-se no dia 12, se não for obrigação, então não temos porque nos desesperar, e se não for assim, eu estaria de acordo com o dia 19, mas quero que me explique se temos que nos reunir em 24 horas.

PRESIDENTE. Obrigado. Pediria à Secretaria que fosse absolutamente contundente na resposta, sim ou não.

SECRETARIA-GERAL (Hugo Luraschi). De acordo à Resolução 319, não. A Resolução 319 fala que há uma instância anterior na qual o relatório tem que ser apresentado ao Grupo de Trabalho.

PRESIDENTE. Consequentemente, não é imprescindível que nos reunamos.

SECRETARIA-GERAL (Hugo Luraschi). Não, não é imprescindível, é uma sugestão da Secretaria-Geral, salvuardando sua responsabilidade de tentar gerar a instância de decisão na maior celeridade possível.

PRESIDENTE. Está bem, mas consulto Luraschi, além da vontade da Secretaria-Geral de produzir a definição o mais rápido possível, na intervenção anterior o senhor assinalou que isto podia nos trazer implicações jurídicas, o que estou perguntando é: se o Comitê não se reunir no dia 12, há uma conseqüência jurídica negativa para a ALADI ou ainda não?

SECRETARIA-GERAL (Hugo Luraschi). Bem, de meu ponto de vista sim, mas a Resolução 319 estaria, de alguma maneira, salvuardando a responsabilidade que pode ser gerada à Secretaria-Geral. Se o senhor me pergunta concretamente se é necessário que no dia 12, legalmente...Eu respondo que não.

PRESIDENTE. Perfeito, obrigado.

SUBSECRETÁRIO (Oscar Quina Truffa). Com licença, Presidente. Estabelecemos uns calendários, o mais perto possível para a tomada de algumas decisões porque há um processo de licitação em jogo, e enquanto menos espaço dermos para que se abram tempos para que sejam produzidas interferências, espero que não ocorram infiltrações, que é o que mais tem nos preocupado, porque apesar de que tenhamos tomado salvaguardas sobre as possíveis filtrações, as pressões, eu pelo menos não as sinto, então essa é a pressa, mas se não há outra opção, bem, alugaremos um *cofre forte* ou algo assim.

PRESIDENTE. Pergunto se seria possível, para compaginar as posições, se, talvez, - digo para que analisem – pudéssemos fazer um Comitê somente para tratar esse ponto, sem tratar nenhum outro tema, o que daria tempo para todos os demais temas, seja produzido o de Zacatecas, e para uma coisa desta natureza a ausência da Bolívia, parece-me, não afetaria nada. Deixo em aberto a possibilidade.

A Representação do Equador solicitou a palavra, depois a Argentina.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Bem, é uma crítica, neste caso à organização, à Secretaria-Geral, não ao Secretário-Geral. Penso que em temas como estes, os Representantes deveriam estar informados, caso contrário estamos como “las orejas de los caballos” ou em um trem que acreditamos estar livres, mas o trem continua em uma direção. Penso que a gravidade do assunto deveria ter sido apresentada antes, pelos problemas mencionados pelo Subsecretário, que são muito válidos, muito importantes, a respeito dos perigos de filtração de informação quanto mais passar o tempo. Isto é, se todos esses elementos tivessem sido apresentados antes, penso que as decisões teriam sido diferentes, e concordo, neste caso, com o proposto pelo Presidente: façamos uma reunião exclusiva frente a essa urgência e depois sigamos com os outros temas que pensamos para o dia 19.

PRESIDENTE. Obrigado, Equador. A Representação da Argentina tem a palavra.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Muito obrigado, Presidente.

Creio que para estar salvo de qualquer reclamação é importante seguir os passos que estão nas normas que adotamos e que regulam este procedimento, então, vendo as etapas que estão previstas na Resolução 319, fala-se desta reunião presencial dos especialistas que integram o grupo Ad Hoc, que vão vir dos países junto com a Comissão de Avaliação, que, segundo entendo, está prevista para segunda e terça, 10 e 11, onde deveriam terminar a avaliação das ofertas e tomar uma decisão.

Isto deve ser refletido em um relatório, que tem que ser submetido ao Grupo de Trabalho de Comércio Eletrônico e Tecnologias da Informação e daí ao Comitê, e, além disso, aqui estamos dando por estabelecido que em cada uma destas etapas será aprovado, sem alterações, o que vier deste grupo de especialistas e da reunião da Comissão de Avaliação. O que acontece se não for assim?

Não entendo bem os inconvenientes da confidencialidade, da propriedade intelectual, suponho que estes assuntos deveriam haver estado previstos no edital, isto é, quando a empresa entrega a proposta, evidentemente tem um componente de criação no desenho técnico da proposta, isso está submetido às condições do edital e não pode haver reclamações por violação da propriedade intelectual durante o desenvolvimento do

processo, na verdade estou bastante confuso e preocupado porque estamos falando de uma primeira experiência de um processo de licitação importante da Secretaria, onde parece que nem tudo está muito claro. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Argentina. A Representação do México tem a palavra.

Representação do MÉXICO (Dora Rodríguez Romero). Obrigada, Presidente. Nós concordamos com o manifestado pela Representação da Argentina. Consideramos que se no Comitê aprovamos um procedimento que tem diferentes etapas faríamos mal, nós mesmos, em não cumprir com essas etapas que aprovamos.

Consequentemente, se o Grupo Ad Hoc e a Comissão de Avaliação vão se reunir nos dias 10 e 11, em uma data posterior, aí se não há cronograma, teríamos que reunir o Grupo de Trabalho para conhecer o Relatório Final, e, apoio totalmente o manifestado pela Representação da Argentina, isto não quer dizer que o Relatório, tal qual chega ao Grupo de Trabalho e depois, em sua última instância, ao Comitê, deva ser aprovado tal como vem elaborado. Não teria nenhum sentido que tivéssemos estabelecido que o Grupo de Trabalho teria que ter conhecimento desse Relatório final, e valha a redundância, o Grupo veio trabalhando em todo este processo, então nós consideramos que, independentemente da data na qual o Comitê tenha que se reunir, temos que guardar o devido cumprimento destas etapas do procedimento que nós mesmos aprovamos. Obrigada, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, México. Penso que está claro que não é legalmente exigível, nem sequer parece conveniente que o Comitê se reúna no dia 12 para tratar especificamente este ponto. Tendo isso por um lado, e por outro levando em consideração o solicitado pela Bolívia e o respaldo do México, de Cuba, do Equador, etc.

Tem a palavra a Representação de Cuba.

Representação de CUBA (Mariela Ruiz Capote). Manifestando uma flexibilidade, inclusive informalmente consultamos a Representação da Bolívia, tendo o Uruguai e o Chile um impedimento, passar excepcionalmente para o dia 20 a reunião do Comitê, e que possamos fazê-la em uma data conveniente para todos.

PRESIDENTE. Cuba, estou em princípio de acordo, mas a última vez que tomei uma decisão dessa natureza, o Embaixador da Venezuela me disse que se havia coisas que eram mais importantes que a ALADI, que a ALADI fosse postergada e se não, que fossem feitas.

Representação de CUBA (Marialena Ruiz Capote). Por isso o ajudo, Presidente, estou assumindo a responsabilidade da proposta.

PRESIDENTE. A proposta de Cuba é então que seja feita dia 20. Ofereço a palavra à Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Carlos Suárez Cornejo). Somente para dizer que conversamos com Cuba, e estaríamos dispostos a reunir-nos no dia 20.

PRESIDENTE. Perfeito. Parece que ficamos de acordo. A próxima sessão do Comitê será dia 20. Muito obrigado, e até 20 de novembro.